



**Serviços Técnicos Especializados de  
Engenharia Consultiva para Modernização da  
Gestão Territorial e dos Serviços Fiscais da  
Prefeitura de Rio Largo/AL**

**Atualização do Plano Diretor Municipal  
de Rio Largo/AL — PDM de Rio Largo/AL**

**Produto 3**

**Volume 3A — Visão Estratégica  
do PDM de Rio Largo/AL**

**Contrato Administrativo n. 064/2022**

*Brasília, agosto de 2023*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA – SEMFAZ**

**SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA VOTADOS À  
MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA,  
TERRITORIAL E FISCAL DA PREFEITURA DE RIO LARGO/AL**

**ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RIO LARGO**

**PRODUTO 3**

**Volume 3A — Visão Estratégica do PDM de Rio Largo/AL**

**Concorrência Pública nº 001/2022**

**Processo Administrativo nº. 0524-004/2021**

**Contrato Administrativo nº 064/2022**

***EGL Engenharia Ltda.***

SMAS, Trecho 3, Conjunto 3, Torre A, salas 213 a 216, Setores Complementares, Edifício The Union, Brasília / DF, CEP: 70.610-635

Brasília / DF, agosto de 2023.

## **Administração Municipal**

**Gilberto Gonçalves**

Prefeito Municipal

**Carlos Gonçalves**

Secretaria Municipal de Governo

**Wellington Santos da Silva**

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Captação de Recursos

**Gustavo Ferreira**

Secretário Municipal de Infraestrutura

**Joyce Tenório Padilha de Vasconcelos Carnaúba**

Secretaria Municipal de Finanças

Allana Lopes Pereira Brandão

**Secretaria Municipal de Lazer, Cultura, Esporte e Turismo**

**Washington Miranda**

Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito

Rosival Ramos da Rocha Lins

**Secretário do Meio Ambiente**

## EGL ENGENHARIA

### Equipe Técnica

Diretor Técnico:	Luis Cláudio França
Gerente Operacional de Cadastro:	Diêx Lettieri Júnior
Gerente Operacional de Transportes:	Eng. Beatriz Berti da Cóstä
Gerente Operacional de Tec. da Informação:	Eliezer Vieira da Silva
Coordenação Planejamento de Transportes:	Eng. Flávio Amaral Ferrari Eng. Cláudio Leite de Freitas
Coordenação do Plano Diretor:	Arq. Thaís Caetano Bochi
Coordenação de Geoprocessamento:	Geo. Thiago Avelar Chaves
Coordenação de Estudos Territoriais:	Arq. Ana Paula Martins
Coordenação de Tec. da Informação:	Fernando Meira de Vasconcelos
Coordenação Planejamento e Gestão:	Eng. Marilei Menezes
Coordenação Administrativa:	Adm. Ana Cláudia Oliveira
Consultores em Mobilidade:	Eng. Alexandra Benetti Riffel Eng. Marina de Almeida G. Soriano Arq. Jackson Damiano Magalhães Arq. Bruno Corrêa Terra Amaral

### Equipe de Consultores Externos

#### **Airton Ibiapina**

Arquiteto e Urbanista

#### **Alexander Laranjeira**

Arquiteto e Urbanista, Esp.

#### **Suelen Coelho**

Arquiteto e Urbanista, Esp.

#### **Maria Lusiane de Freitas**

Geógrafa, Me.

#### **Paulo Francisco Barbosa Sousa**

Economista, Me.

#### **Yasmin de Oliveira Melo Maciel**

Assistente Social, Esp.

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	6
2. Planejamento Municipal em Nível Estratégico .....	8
2.1. Gestão Municipal e Planejamento .....	8
2.2. A Abordagem Estratégica do Plano Diretor Municipal .....	8
2.2.1. Matriz de Referência .....	10
3. Planejamento Municipal e Desenvolvimento Sustentável .....	12
3.1. Conceituação e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável .....	12
3.2. O Desenvolvimento Sustentável Aplicado ao Planejamento Urbano .....	15
3.3. Princípios da Organização Temática no Planejamento Municipal .....	17
3.4. Os Eixos Estratégicos e a Visão Sustentável para Rio Largo .....	19
4. Recapitulação da Leitura da Realidade .....	22
4.1. Visão de Rio Largo sob o Eixo de Sustentabilidade Ambiental .....	22
4.2. Visão de Rio Largo sob o Eixo de Desenvolvimento Urbano .....	25
4.3. Visão de Rio Largo sob o Eixo de Desenvolvimento Econômico .....	28
4.4. Visão de Rio Largo sob o Eixo de Desenvolvimento Social .....	30
4.5. Espacialização das Problemáticas .....	32
5. Eixo Estratégico 1: Sustentabilidade Ambiental .....	34
5.1. Matriz de Referência (SWOT) .....	34
5.2. Estratégias e Diretrizes .....	35
6. Eixo Estratégico 2: Desenvolvimento Urbano .....	38
6.1. Matriz de Referência (SWOT) .....	38
6.2. Estratégias e Diretrizes .....	39
7. Eixo Estratégico 3: Desenvolvimento Econômico .....	42
7.1. Matriz de Referência (SWOT) .....	42
7.2. Estratégias e Diretrizes .....	43
8. Eixo Estratégico 4: Desenvolvimento Social .....	46
8.1. Matriz de Referência (SWOT) .....	46
8.2. Estratégias e Diretrizes .....	47
9. Síntese da Visão Estratégica para o Município de Rio Largo .....	49
9.1. Macrozoneamento Preliminar .....	49
9.2. Conclusões Preliminares .....	51
10. Referências .....	53

## 1. Introdução

---

Este relatório faz parte dos produtos relacionados às atividades de Atualização do Plano Diretor Municipal de Rio Largo/AL — PDM de Rio Largo/AL, referente ao Contrato n. 064/2022 celebrado entre o Município de Rio Largo/AL e a EGL Engenharia, cujo objeto é a contratação Serviços Técnicos Especializados de Engenharia Consultiva para Modernização da Gestão Territorial e do Serviços Fiscais da Prefeitura de Rio Largo/AL.

A elaboração ou atualização de um Plano Diretor Municipal (PDM) é uma tarefa extensa e complexa, e por isso deve ser realizada em fases, devendo cada uma delas resultar em produtos entregues na forma de relatórios. De acordo com o planejamento deste trabalho, a Atualização do PDM de Rio Largo/AL está sendo realizada com a seguinte programação sequencial:

- **Etapas de Preparação:**

- Produto 1 — Plano de Trabalho e Mobilização;

- **Etapas 1 — Leitura:**

- Produto 2 — Relatório Técnico do Diagnóstico Municipal:
  - Produto 2A — Relatório de Leitura Técnica;
  - Produto 2B — Resumo Executivo da Leitura Técnica;
  - Produto 2C — Relatório de Leitura Comunitária;
  - Produto 2D — Diagnóstico Municipal Consolidado.

- **Etapas 2 — Proposta:**

- Produto 3 — Relatório Técnico da Formulação de Propostas por Eixos Estratégicos:
  - **Produto 3A — Visão Estratégica do PDM de Rio Largo/AL;**
  - Produto 3B — Propostas por Eixos Estratégicos;
  - Produto 3C — Síntese da Proposta de Atualização do PDM de Rio Largo/AL.

- **Etapas 3 — Sistematização:**

- Produto 4 — Minutas dos Projetos de Lei da Revisão do Plano Diretor Municipal de Rio Largo/AL:
  - Produto 4A — Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor Municipal de Rio Largo/AL;
  - Produto 4B — Projeto de Lei de Parcelamento do Solo de Rio Largo/AL;

- Produto 4C — Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo de Rio Largo/AL;
- Produto 4D — Projeto de Lei do Código de Posturas de Rio Largo/AL; e
- Produto 4E — Projeto de Lei do Código de Obras e Edificações de Rio Largo/AL.

O presente volume corresponde ao primeiro relatório parcial da Etapa 2 — Proposta, parte integrante do *Produto 3 — Relatório Técnico da Formulação de Propostas por Eixos Estratégicos*, intitulado como *Produto 3A — Visão Estratégica do PDM de Rio Largo/AL*. Aqui é apresentado o primeiro passo na construção do futuro Plano Diretor Municipal, que consiste em estabelecer a direção geral para o desenvolvimento municipal dentro do que compete ao planejamento de seu território e de seus núcleos urbanos. As diretrizes aqui apresentadas serão detalhadas no relatório seguinte e sintetizadas no terceiro e último tomo deste produto.

## 2. Planejamento Municipal em Nível Estratégico

---

### 2.1. Gestão Municipal e Planejamento

A gestão municipal é muitas vezes entendida como a forma de governar adotada por um prefeito enquanto ocupa o cargo. Neste sentido, muitas vezes o termo *gestão municipal* se confunde com *mandato eletivo*. De fato, não há como negar que a administração de um município seja mesmo realizada pela pessoa eleita, com apoio da estrutura administrativa por ela montada nas secretarias, gabinetes e outras instituições semelhantes, porém é importante que a gestão municipal também seja entendida sob um horizonte mais amplo, que ultrapasse os ciclos eleitorais.

Por mais competente e bem-intencionada que seja a equipe à frente de um município, ela não conseguirá realizar uma gestão realmente relevante se seus objetivos estiverem voltados ao período restrito do mandato. Uma boa gestão — e principalmente com mudanças frequentes na liderança, como é o caso da administração pública — não será possível sem planejar bem o que deve ser feito. Por isso, nas últimas décadas, a forma de planejamento mais comum em empresas bem-sucedidas passou a ser adotada também no âmbito da gestão pública: o **planejamento estratégico**.

Planejar é se antecipar, preparar-se para alcançar determinado objetivo, e com uma estratégia, ou seja, explorando as melhores condições para chegar onde se deseja, o planejamento se torna mais bem estruturado e efetivo. O planejamento estratégico consiste, portanto, no um processo gerencial que envolve a definição de objetivos de longo prazo e metas (alvos mensuráveis que conduzem aos objetivos) de uma organização, identificando os recursos e ações necessárias para alcançá-los. Ele busca alinhar a visão da empresa (ou do município, no caso) com as oportunidades e desafios do ambiente externo, bem como com suas capacidades internas, a fim de estabelecer direções claras para seu crescimento, sucesso e sustentabilidade.

O estratégico é o mais alto de planejamento, pois é definido a partir da identidade local e de uma visão de futuro — quem somos, onde estamos e onde queremos chegar. Assim, exige uma visão mais ampla, geralmente com foco no longo prazo. Ele se diferencia dos outros níveis de planejamento, que tratam de desdobrar as metas em ações de médio prazo (tático) e de curto prazo (operacional). Sem o primeiro nível, os outros se perdem.

Não é incomum que, por falta de uma visão estratégica, muitas prefeituras se ocupem tanto das atividades do plano operacional (as demandas do cotidiano) que não conseguem perceber para onde estão indo ou se estão no caminho certo. Projetos mal implementados, ações desarticuladas entre as secretarias e desperdício de tempo e recursos são alguns dos resultados da gestão municipal sem planejamento estratégico.

### 2.2. A Abordagem Estratégica do Plano Diretor Municipal

O planejamento de um município envolve várias frentes, como a administrativa, a econômico-financeira, a fiscal, a ambiental e a social. Um dos instrumentos mais importantes do planejamento municipal é o Plano Diretor Municipal (PDM), por meio do qual podemos definir como essas frentes se relacionam com o território do município,



seus recursos naturais, suas estruturas urbanas e as atividades que nelas se realizam. Ou seja, o PDM se destina principalmente à **dimensão espacial do planejamento** — onde e como as coisas devem acontecer. E mais: na forma de uma importante lei, baseada em muito estudo e discussão.

Se elaborado com caráter estratégico, como vimos, o PDM pode partir de uma situação atual com foco em uma visão de futuro bem definida, e assim orientar melhor a realização de outros planos e projetos específicos (nível tático), permitindo às instâncias públicas e privadas envolvidas implementá-los no cotidiano (nível operacional), construindo passo a passo o município que queremos (Figura 2.1).

Figura 2.1 — Os níveis de planejamento no contexto do desenvolvimento urbano



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

Seguindo a estrutura essencial de um planejamento estratégico, este relatório se propõe a apresentar o primeiro passo: definir a visão de futuro para o município de Rio Largo, construída a partir de discussões sobre a realidade local e as possibilidades que ela suscita. Com base nos resultados da etapa de Leitura, registrados no relatório anterior<sup>1</sup>, iniciaremos essa construção com uma matriz de referência. Ela representa a síntese da realidade atual do município, especialmente em sua dimensão urbana — **a cidade que temos** — como ponto de partida para identificar suas vocações mais evidentes e os obstáculos para que elas se realizem. Assim, é possível conceber a visão de futuro, a realidade desejada para Rio Largo — **a cidade que queremos**. Para alcançar essa visão, são apresentadas as estratégias escolhidas, que se caracterizam como objetivos organizados em eixos estratégicos, os quais se desdobram em metas e ações. Especialmente falando, essas estratégias aparecem na forma de um macrozoneamento esquemático e preliminar.

De posse dessa estrutura de grande escala, serão definidas as propostas de ordenamento territorial, com a delimitação definitiva das áreas de interesse ambiental, a estruturação do sistema viário básico, o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano

<sup>1</sup> Produto 2D — Diagnóstico Municipal Consolidado.

e a indicação de áreas favoráveis a ações de desenvolvimento econômico e social, itens que comporão o próximo relatório<sup>2</sup>.

Estruturado dessa forma, o PDM poderá ser uma ferramenta muito útil para que o planejamento estratégico comece a transformar positivamente o modelo de gestão municipal, de modo que este não seja refém das constantes mudanças dos cargos eletivos, que são saudáveis, mas que muitas vezes submergem a estrutura administrativa em um mar de ações pontuais, fazendo-a perder o foco e a oportunidade de levar o município a se desenvolver mais plenamente, com todo o seu potencial.

### 2.2.1. Matriz de Referência

Como ferramenta para o planejamento estratégico, foi possível estruturarmos uma matriz de referência para orientar a escolha das melhores estratégias de desenvolvimento em cada eixo estratégico. A metodologia escolhida foi a análise **SWOT**<sup>3</sup>, que permite uma compreensão abrangente dos fatores positivos e negativos, sejam eles internos (próprios da natureza ou da situação atual do município) ou externos (provocados por influência de tendências ou cenários mais amplos) — Figura 2.2.

Figura 2.2 — Estrutura de uma matriz SWOT

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<b>S</b> <b>STRENGTHS</b> Forças	<b>W</b> <b>WEAKNESSES</b> Fraquezas
Fatores externos	<b>O</b> <b>OPPORTUNITIES</b> Oportunidades	<b>T</b> <b>THREATS</b> Ameaças

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

Diversas fontes especializadas destacam a relevância dessa análise no contexto do planejamento municipal e justificam sua escolha. Para a formulação de estratégias urbanas, por exemplo, a análise SWOT é um componente essencial, permitindo uma avaliação completa dos recursos, limitações, oportunidades e desafios que um município enfrenta (Hall e Tewdwr-Jones, 2019). Ela ajuda os tomadores de decisão a identificar as prioridades e estabelecer metas realistas para o desenvolvimento sustentável.

<sup>2</sup> Produto 3B — Propostas por Eixos Estratégicos.

<sup>3</sup> Acrônimo das palavras inglesas Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats, que em português significam Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

Um estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018) destaca a importância dessa modalidade de análise para a compreensão da situação atual do município, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças presentes em seu ambiente externo. Essa compreensão permite que os gestores municipais tomem decisões embasadas e desenvolvam estratégias eficazes para impulsionar o progresso local. Ela também auxilia a identificação das competências e ativos locais, bem como a compreensão das dinâmicas econômicas, sociais e ambientais que afetam o município, sendo um componente-chave no processo de planejamento regional e urbano (Comissão Europeia, 2012). A partir dessas informações, o planejamento estratégico pode ser direcionado de forma mais precisa.

Além disso, ela funciona como uma ferramenta essencial para identificar as vantagens competitivas de um município, reconhecer os desafios enfrentados e encontrar oportunidades para promover o crescimento econômico e social, segundo aponta o artigo "A SWOT Analysis of Strategic Planning for Local Development", publicado no Journal of Urban and Regional Analysis (2018).

Ou seja, fica evidente que a análise SWOT é uma ferramenta indispensável para o planejamento municipal, em especial na elaboração ou atualização de um Plano Diretor. Com os resultados da análise é possível formular estratégias eficazes e tomar decisões informadas para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

### 3. Planejamento Municipal e Desenvolvimento Sustentável

---

#### 3.1. Conceituação e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável é um paradigma que busca conciliar o crescimento econômico, a inclusão social e a preservação ambiental, garantindo que as gerações presentes atendam às suas necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras de fazerem o mesmo. Esse conceito se baseia na ideia de que as dimensões econômicas, sociais e ambientais estão interconectadas, e é preciso equilibrá-las para alcançar um progresso duradouro e equitativo.

Atualmente, estabelecer uma sólida conexão entre planejamento urbano e desenvolvimento sustentável é imperativo, pois ambos os termos envolvem visões e estratégias tanto para o presente, ou seja, "a cidade que temos", quanto para o futuro, ou seja, "a cidade que queremos".

O conceito de desenvolvimento sustentável emerge da consciência de que a humanidade tem explorado os recursos naturais e os ecossistemas terrestres de maneira predatória, resultando em problemas ambientais, econômicos e sociais significativos, como fome, aquecimento global, pobreza, migrações em massa, conflitos armados, doenças, entre outros desafios.

O reconhecimento dessa realidade é o primeiro passo para buscar o desenvolvimento sustentável. No entanto, o planejamento também desempenha um papel fundamental na gestão responsável e sustentável dos recursos naturais finitos. Esse conceito abrange uma nova abordagem para o crescimento econômico, que considera não apenas o aspecto puramente econômico, mas também a justiça social e a preservação do meio ambiente. As pessoas são parte integrante do meio ambiente em que vivem, e é crucial agir com responsabilidade econômica para garantir que os recursos sejam preservados ao longo dos anos visando, principalmente, o próprio ser humano.

De maneira direta e clara, o desenvolvimento sustentável permite que a sociedade atual e as futuras gerações se desenvolvam de forma socioeconômica, cultural e ambientalmente equilibrada, utilizando de maneira consciente os recursos disponíveis em nosso mundo, ao mesmo tempo em que preserva as espécies e os habitats naturais. É um caminho para garantir um futuro próspero, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Isso implica em tomar decisões inteligentes e abraçar práticas sustentáveis, garantindo assim um desenvolvimento harmonioso e duradouro para a humanidade e para o planeta como um todo.

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque em 1987, com o lançamento do Relatório Brundtland, também conhecido como "Nosso Futuro Comum". Esse documento, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, evidenciou a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental e inclusão social.

O conceito ficou incorporado definitivamente como um princípio orientador de ações, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, onde também contou com a elaboração da Agenda 21, que representa um compromisso das nações de agir em cooperação e harmonia na busca do desenvolvimento sustentável.

Em 2002, a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, reafirma a responsabilidade coletiva de fortalecer os pilares interdependentes, mas que se sustentam mutuamente, do desenvolvimento sustentável, que são: o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental.



Após um processo global participativo de mais de dois anos, iniciado em 2013, em 2015, os países-membros das Nações Unidas aprovaram o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, baseado em cinco eixos de atuação: Pessoas, Prosperidade, Paz, Parcerias e Planeta (Figura 3.1).

Figura 3.1 — Cinco eixos de atuação da Agenda 2030










Fonte: ONU-Brasil (2023). Elaboração: EGL Engenharia (2023).

Atualmente, o entendimento do desenvolvimento sustentável evoluiu para abranger um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Esses objetivos buscam enfrentar desafios globais como erradicação da pobreza, fome zero, saúde de qualidade, igualdade de gênero, ação climática, entre outros, todos até 2030.

Os 17 ODS são listados e descritos na Tabela 3.1 a seguir.

Tabela 3.1 — Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Ícone	Objetivo	Descrição
	<b>ODS 1: Erradicação da pobreza</b>	Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, garantindo a inclusão e o bem-estar de todos.
	<b>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável</b>	Garantir a segurança alimentar, nutrição adequada e promover práticas agrícolas sustentáveis para todos.
	<b>ODS 3: Saúde e Bem-Estar</b>	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as idades, melhorando o acesso a serviços de saúde de qualidade.
	<b>ODS 4: Educação de qualidade</b>	Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, proporcionando oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
	<b>ODS 5: Igualdade de gênero</b>	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas para uma sociedade mais justa.
	<b>ODS 6: Água potável e saneamento</b>	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
	<b>ODS 7: Energia limpa e acessível</b>	Garantir o acesso universal a energia confiável, sustentável e moderna, promovendo fontes de energia renovável.
	<b>ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico</b>	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, gerando empregos dignos e produtivos.
	<b>ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura</b>	Construir infraestruturas resilientes, fomentar a inovação e promover a industrialização sustentável.
	<b>ODS 10: Redução das desigualdades</b>	Reduzir as desigualdades dentro e entre países, promovendo inclusão social e econômica.

Ícone	Objetivo	Descrição
	<b>ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis</b>	Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
	<b>ODS 12: Consumo e produção responsáveis</b>	Assegurar padrões de consumo e produção responsáveis, visando a sustentabilidade ambiental.
	<b>ODS 13: Ação contra a mudança global do clima</b>	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
	<b>ODS 14: Vida na água</b>	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para a preservação da biodiversidade.
	<b>ODS 15: Vida terrestre</b>	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, combatendo a desertificação e a perda de biodiversidade.
	<b>ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes</b>	Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, fortalecendo as instituições para o desenvolvimento sustentável.
	<b>ODS 17: Parcerias e meios de implementação</b>	Fortalecer a implementação dos ODS por meio de parcerias globais e recursos adequados.

Fonte: ONU-Brasil (2023). Elaboração: EGL Engenharia (2023).

Os ODS são uma oportunidade de transformação positiva, oferecendo um roteiro para tornar as sociedades humanas mais justas, prósperas e sustentáveis. A implementação dos ODS exige compromisso, cooperação e inovação e deve estar refletido nas ações locais, sejam elas do setor público ou privado.

Logo, para que esses objetivos sejam alcançados, é essencial o engajamento de governos, do setor privado, da sociedade civil e de indivíduos em todos os níveis. É necessária uma abordagem abrangente e integrada que envolva políticas públicas efetivas, investimentos responsáveis, ações comunitárias, educação e conscientização.

### 3.2. O Desenvolvimento Sustentável Aplicado ao Planejamento Urbano

Como um desdobramento da discussão do desenvolvimento sustentável e sua aplicação em escala mais regionalizada, foi desenvolvida a Nova Agenda Urbana (NAU). A NAU é



um documento adotado na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, conhecida como Habitat III, realizada em 2016. Essa agenda representa um compromisso internacional para a construção de cidades mais inclusivas, sustentáveis, seguras e resilientes. Ela destaca a importância dos centros urbanos para o alcance dos ODS, uma vez que grande parte da população mundial vive em áreas urbanas e as cidades têm um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável.

A NAU e os ODS convergem em diversos pontos relevantes para o planejamento municipal. Alguns deles incluem:

- Promoção do acesso à moradia adequada e serviços básicos para todos;
- Fomento ao transporte público eficiente e sustentável, reduzindo a dependência de veículos particulares;
- Preservação e recuperação de espaços públicos e áreas verdes, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida da população;
- Estímulo à inclusão social e econômica, buscando reduzir as desigualdades urbanas;
- Adoção de tecnologias sustentáveis para o gerenciamento de resíduos, água e energia; e
- Investimento em infraestrutura resiliente, preparada para enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

O planejamento municipal desempenha um papel essencial na integração entre a Nova Agenda Urbana (NAU), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o desenvolvimento sustentável local. O Plano Diretor Municipal (PDM) é uma peça-chave nessa conexão, pois serve como uma ferramenta estratégica para traduzir os princípios e diretrizes globais da NAU e dos ODS em ações concretas e adaptadas à realidade específica de cada município.

O PDM tem como objetivo principal orientar o crescimento urbano de forma sustentável, promovendo a eficiência no uso do solo, o ordenamento territorial e o desenvolvimento equilibrado da cidade. Ao considerar as metas da NAU e dos ODS em seu processo de elaboração, o Plano Diretor se torna uma poderosa ferramenta para alinhar os objetivos globais com as necessidades locais, direcionando os esforços da administração municipal e da sociedade civil para o alcance de um desenvolvimento mais justo, inclusivo e ambientalmente responsável.

Dentro do Plano Diretor, podem ser incluídas estratégias e políticas que busquem a erradicação da pobreza e a promoção da igualdade social, como a definição de áreas para habitação de interesse social, a regularização fundiária e a criação de espaços públicos acessíveis a todos. Além disso, o planejamento urbano pode direcionar esforços para a melhoria da mobilidade urbana, a expansão do transporte público e a implementação de soluções sustentáveis de energia e saneamento, contribuindo diretamente para a consecução de diversos ODS, como o ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis.



O Plano Diretor também é um instrumento importante para a gestão dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente local. Ao delimitar áreas de proteção ambiental, incentivar a recuperação de áreas degradadas e estimular práticas de construção sustentável, o planejamento municipal pode contribuir diretamente com o ODS 15 — Vida Terrestre, por exemplo, que visa à conservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

Além disso, os próprios paradigmas estabelecidos pelo Estatuto da Cidade<sup>4</sup> corroboram a visão de desenvolvimento sustentável promovido pela NAU e pelos ODS, como a participação democrática, a inclusão e a redução de desigualdades sociais, o uso responsável do solo urbano e o acesso à moradia digna e à regularização fundiária.

Portanto, a utilização do PDM como uma plataforma para a implementação da NAU e dos ODS não apenas fortalece o compromisso do município com o desenvolvimento sustentável, mas também possibilita a participação ativa da comunidade na construção de um futuro mais resiliente, inclusivo e próspero para todos os cidadãos, alinhado com os ideais globais de sustentabilidade.

### 3.3. Princípios da Organização Temática no Planejamento Municipal

Planejar o desenvolvimento territorial de um município de forma sustentável, como vimos, não é uma tarefa simples, pois combina diferentes saberes, enfoques variados que se complementam. Afinal, um município não é constituído apenas por seu território legal e politicamente delimitado, mas compreende todas as estruturas e infraestruturas físicas — naturais ou construídas —, culturais, sociais e econômicas que o definem e o distinguem dos demais. E à medida que se aprofundam as análises da realidade atual e as possibilidades e tendências de desenvolvimento do lugar estudado, mais se tornam numerosos e complexos os problemas e potenciais identificados no decorrer do trabalho.

Essa vasta gama de matérias que emerge da realidade analisada, principalmente na etapa de Leitura, mas também nas seguintes, demandam duas tarefas aparentemente contraditórias: a de **separar os muitos assuntos em grupos** e a de **estudá-los de forma interligada**.

Apesar do suposto conflito, essa dupla abordagem dos vários objetos de estudo é natural e necessária à boa compreensão da situação real e à identificação dos caminhos mais adequados para alcançar as melhorias necessárias. Ou seja, no planejamento territorial, tudo está de certa forma interconectado, mas uma organização mínima dos assuntos se faz necessária, seja para orientar e distribuir as tarefas, seja para comunicar resultados.

Por essa razão, tanto na etapa de Leitura quanto nesta, de Proposta, a metodologia adotada para atualização do Plano Diretor Municipal de Rio Largo organiza todos os conteúdos em agrupamentos temáticos. Ao todo, foram escolhidos 18 temas (Tabela 3.2), que são úteis para a classificação das informações obtidas por meio das pesquisas e estudos sobre a realidade municipal, e são tratados de forma interligada entre grupos temáticos mais amplos, que configuram os pilares do planejamento urbano sustentável e que serão explicitados mais adiante (Figura 3.2).

<sup>4</sup> Lei Federal n. 10.257/2001, que estabelece princípios e diretrizes para o desenvolvimento urbano.

Tabela 3.2 — Temas utilizados na etapa de Leitura do PDM de Rio Largo

Ícone	Tema	Ícone	Tema
	T1: Habitação		T10: Meio ambiente
	T2: Expansão urbana		T11: Saneamento ambiental
	T3: Dinâmica imobiliária		T12: Mobilidade e transporte
	T4: Segurança		T13: Desenvolvimento rural sustentável
	T5: Qualidade urbana e ambiental		T14: Equipamentos públicos
	T6: Patrimônio cultural		T15: Turismo
	T7: Uso e ocupação do solo		T16: Áreas de risco à vida
	T8: Desenvolvimento econômico		T17: Financiamento do desenvolvimento urbano
	T9: Grandes projetos de impacto		T18: Gestão democrática e participação popular

Fonte: EGL Engenharia (2023).

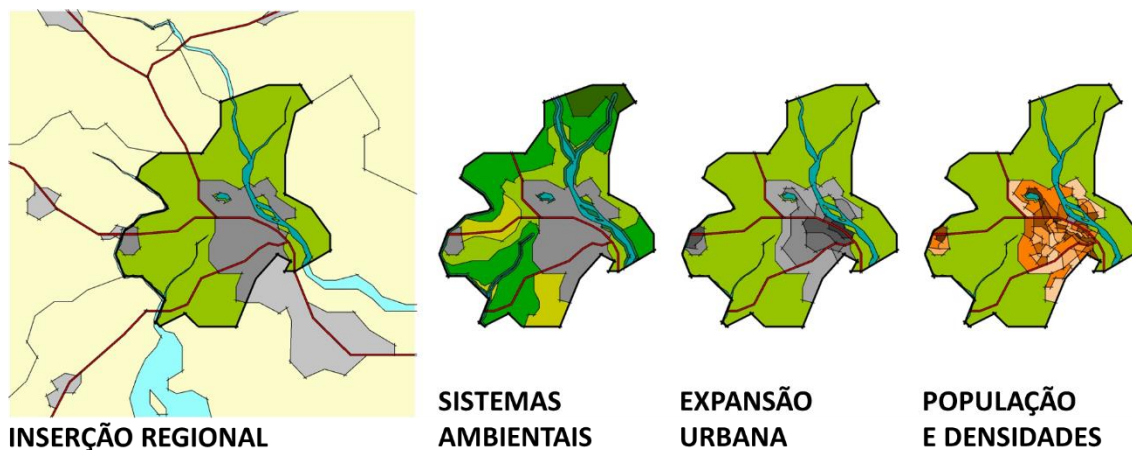
Figura 3.2 — Interdisciplinaridade do planejamento urbano sustentável



Fonte: EGL Engenharia (2023).

Na primeira fase, o agrupamento acontece com o que chamamos de **mapeamentos**, que permitem identificar, descrever, mensurar e avaliar os atributos do município sob vários aspectos, como a caracterização ambiental, o histórico da ocupação rural e urbana, o perfil demográfico e socioeconômico de sua população, a distribuição das atividades no território, as condições atuais das infraestruturas urbanas, os meios de transporte, a disponibilidade de equipamentos e serviços públicos, etc. (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Figura 3.3 — Exemplo de mapeamentos para o diagnóstico territorial



Fonte: EGL Engenharia (2023).

Essa organização primeira é classificada em mapeamentos justamente porque todos os problemas e potenciais identificados nos estudos são, na medida do possível, localizados nas terras do município, tendo em vista que o Plano Diretor Municipal (PDM) é, mais que tudo, um trabalho de planejamento territorial.

Já nesta segunda fase, de Proposta, os resultados dos mapeamentos, devidamente analisados, discutidos e confirmados, passam por uma reorganização e são tratados sob o enfoque de quatro grandes frentes de abordagem denominadas **Eixos Estratégicos**: o de Sustentabilidade Ambiental, o de Desenvolvimento Urbano, o de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social. Esses eixos, por sua vez, correspondem àquela organização temática mais ampla que abarcam temas mais específicos e que facilitam a discussão de problemas e soluções particulares, como os de habitação, de finanças públicas, de uso e ocupação do solo, de setores econômicos, etc.

Vejamos a seguir, de forma mais detalhada, como se dá a organização temática no âmbito desta atualização do PDM de Rio Largo.

### 3.4. Os Eixos Estratégicos e a Visão Sustentável para Rio Largo

Como dissemos, são quatro os Eixos Estratégicos adotados para a organização temática deste trabalho. Abaixo, vejamos a abrangência de cada um deles no contexto do Plano Diretor Municipal:

- **Sustentabilidade Ambiental:** baseia-se no princípio de utilizar os recursos naturais de forma responsável e equilibrada, garantindo a preservação do meio ambiente, a conservação dos ecossistemas, a redução dos impactos ambientais negativos e a

promoção do desenvolvimento em harmonia com a natureza. Busca o uso consciente dos recursos naturais e a promoção de práticas sustentáveis que assegurem a qualidade ambiental para as gerações presentes e futuras.

- **Desenvolvimento Urbano:** trata do processo de planejamento, ordenamento e gestão dos espaços da cidade, visando ao crescimento ordenado e sustentável das áreas urbanas. Contempla aspectos como o uso do solo, a infraestrutura, a mobilidade urbana, o acesso aos serviços básicos, a habitação, o saneamento, a qualidade de vida e a inclusão social dos habitantes, buscando criar espaços mais funcionais e atrativos para a população.
- **Desenvolvimento Econômico:** refere-se ao crescimento e à melhoria da economia local e regional, com o objetivo de promover a geração de empregos, a diversificação das atividades econômicas, o aumento da produtividade e a atração de investimentos. No contexto do Plano Diretor Municipal, o desenvolvimento econômico deve estar alinhado com a sustentabilidade, buscando conciliar o progresso econômico com a preservação ambiental e a inclusão social.
- **Desenvolvimento Social:** Trata-se da busca por uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva, onde todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades e direitos básicos, como saúde, educação, cultura, lazer, moradia digna e segurança. No âmbito do Plano Diretor Municipal visa promover a redução das desigualdades sociais, a melhoria da qualidade de vida da população e a promoção do bem-estar geral dos moradores da cidade, com foco na inclusão e no respeito à diversidade.

A integração dos quatro eixos é essencial para a criação de estratégias efetivas de desenvolvimento urbano sustentável. Ao unir essas dimensões de forma sinérgica, é possível construir cidades ao mesmo tempo mais equilibradas e competitivas, que promovam o bem-estar dos seus habitantes, garantindo ao mesmo tempo a preservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente para as gerações futuras, e que se insiram no contexto macroeconômico de forma a destacar suas vocações e atrair para si os investimentos necessários para continuarem evoluindo no longo prazo.



#### SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A **Sustentabilidade Ambiental** é a base fundamental sobre a qual todas as estratégias devem ser construídas. Como já dissemos, ela se concentra na utilização consciente dos recursos naturais, na redução dos impactos ambientais negativos e na busca por soluções que garantam a harmonia entre o desenvolvimento urbano e a preservação dos ecossistemas.

A consideração do meio ambiente como parte intrínseca do planejamento é essencial para criar cidades que sejam capazes de enfrentar desafios como as mudanças climáticas, a escassez de recursos e a degradação ambiental. Com essa visão, o meio ambiente não é entendido apenas como uma base física sobre a qual construímos a cidade, mas como um organismo vivo, que deve interagir com o espaço construído e com as atividades humanas geradoras de riqueza de maneira equilibrada e numa relação ganha-ganha.

O **Desenvolvimento Urbano**, por sua vez, é a concretização das estratégias de planejamento em busca de cidades mais funcionais e bem-estruturadas. Isso inclui a ordenação do espaço urbano, o desenvolvimento de infraestruturas adequadas, a promoção de mobilidade sustentável e a oferta de serviços básicos acessíveis a todos os cidadãos. O objetivo é criar ambientes urbanos que facilitem o convívio social, a produtividade econômica e a qualidade de vida da população.



#### DESENVOLVIMENTO URBANO



#### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O **Desenvolvimento Econômico** é a vertente que visa ao crescimento econômico equitativo e sustentável das cidades. A diversificação das atividades econômicas, a geração de empregos de qualidade e o incentivo ao empreendedorismo são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento urbano. No entanto, é crucial que esse crescimento seja acompanhado por políticas que promovam a inclusão social e a equidade, garantindo que os benefícios econômicos alcancem todos os segmentos da sociedade.

Por fim, o **Desenvolvimento Social** é o pilar que assegura que todas as estratégias urbanas sejam orientadas para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos. Isso envolve o acesso universal a serviços públicos de qualidade, como saúde, educação e cultura, bem como o combate às desigualdades sociais e a promoção da inclusão de grupos vulneráveis. O desenvolvimento social é essencial para criar cidades mais justas, onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de prosperar e participar ativamente da vida urbana.



#### DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Em resumo, a integração dos eixos estratégicos de sustentabilidade ambiental, desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social é a chave para a construção de uma Rio Largo verdadeiramente sustentável. Somente através dessa abordagem ampla e sinérgica, onde as dimensões econômicas, sociais e ambientais são consideradas de forma interdependente sobre o tecido urbano, é possível repensar Rio Largo para que seja mais resiliente, inclusiva e equilibrada, capaz de enfrentar os desafios do século XXI em seu contexto específico e oferecer qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento para todos os seus habitantes.



## 4. Recapitulação da Leitura da Realidade

Como resultado da Etapa 1 — Leitura, pudemos compor uma visão do município de Rio Largo ao mesmo tempo ampla e detalhada do território municipal, principalmente no que diz respeito a seu estágio atual de desenvolvimento urbano. Essa visão está registrada de forma mais completa no Produto 2D — Diagnóstico Municipal Consolidado, mas dela resgataremos aqui os principais aspectos.

De forma resumida, podemos dizer que o município de Rio Largo/AL é constituído por um território de 293,82km<sup>2</sup>, situado na porção leste do estado de Alagoas e totalmente inserido no bioma Mata Atlântica. Seu território não se divide em distritos, como é comum ocorrer com municípios que possuem sede urbana e zona rural. Apesar disso, Rio Largo possui uma parcela urbanizada que se distingue das demais áreas e, embora não seja legalmente delimitada, ocupa cerca de 6,5% do território municipal. Rio Largo é o terceiro mais populoso município de Alagoas, com 93.927<sup>5</sup> habitantes, e integra a Região Metropolitana de Maceió (RMM).

### 4.1. Visão de Rio Largo sob o Eixo de Sustentabilidade Ambiental



Sob o enfoque ambiental, o município de Rio Largo é formado por tabuleiros litorâneos recortados por diversos vales de rios, sendo o Mundaú o mais importante deles. Esse curso d'água se estende de norte a sul no eixo central do município, desaguando na lagoa Mundaú, entre Coqueiro Seco, Maceió e Santa Luzia do Norte. Rio Largo também comporta parte do rio Pratagy.

Inserido nas bacias hidrográficas dos rios Mundaú e Pratagy, o município de Rio Largo, assim como todo o estado de Alagoas, possui rios permanentes e uma grande quantidade de riachos. Pelo porte do Mundaú, a largura prevista para suas Áreas de Preservação Permanentes (APP)<sup>6</sup> varia de 100m a 200m, faixa que engloba parte da cidade atual,

<sup>5</sup> Segundo dados antecipados do Censo de 2022 do IBGE.

<sup>6</sup> Previstas no Novo Código Florestal Brasileiro, Lei n. 12.651/2012.

como os bairros Centro, Gustavo Paiva, Lourenço de Albuquerque e Utinga. Além disso, algumas áreas urbanizadas estão inseridas na APA do Rio Pratagy, regulamentada por decreto estadual. Os bairros Manoel Gonçalves, Mata do Rolo, Tabuleiro do Pinto, Zumbi dos Palmares e o Distrito Industrial têm uma grande parcela de suas áreas inserida na APA. Contudo, por serem zonas consolidadas da cidade, devem apenas ser alvo de medidas mitigadoras dos impactos ambientais relativos à ocupação urbana intensiva, e também uma maior preocupação com o tipo de empreendimento a ser instalado na área.

Muitas partes da cidade estão construídas em áreas sujeitas ao aumento do volume de água dos rios, o que deixa as pessoas vulneráveis a perigos naturais, como enchentes e inundações. Nessas áreas marginais dos rios as florestas foram cortadas, o que reduziu a capacidade do solo de reter água, especialmente em áreas próximas ao centro urbano de Rio Largo.

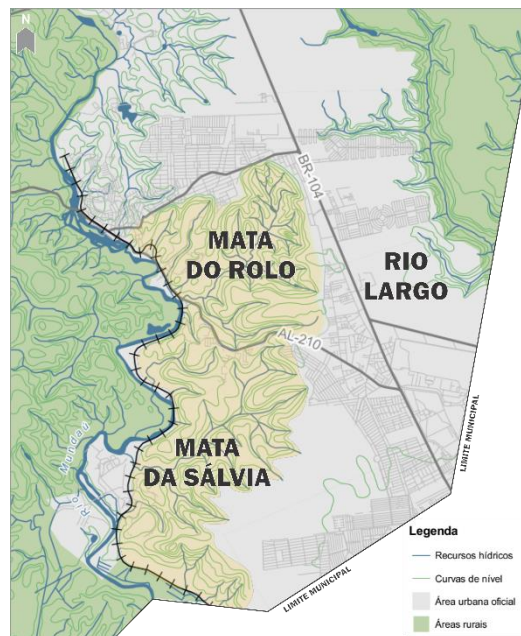
Ainda sobre os recursos hídricos de Rio Largo, a população enfrenta um desafio sério relacionado à poluição desses recursos. A falta de saneamento urbano adequado faz com que os efluentes domésticos sejam despejados diretamente nos corpos d'água, poluindo rios e mananciais. Além disso, o uso indiscriminado de agrotóxicos nas atividades agrícolas, como na cultura da cana-de-açúcar, contribui para a contaminação das águas. Essa poluição afeta diretamente a qualidade da água disponível para consumo, prejudicando a saúde da população e a preservação do meio ambiente. Medidas efetivas de tratamento de esgoto, controle do uso de agrotóxicos e conscientização da comunidade são essenciais para enfrentar esse problema e garantir água limpa e segura para todos.

Rio Largo possui uma grande extensão de zona rural, onde as principais atividades econômicas são a agricultura, principalmente o cultivo de cana-de-açúcar, a pecuária e a pesca artesanal. O cultivo de cana-de-açúcar tem sido aproveitado também para geração de energia (biomassa), e tem se mostrado uma alternativa promissora e sustentável no município. O incentivo ao uso da biomassa de cana-de-açúcar para produção de energia representa um passo importante para a promoção do desenvolvimento sustentável em Rio Largo, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e preservação do meio ambiente.

Em relação às ocupações do solo, referentes ao contexto ambiental, Rio Largo é formado por tabuleiros litorâneos, como já mencionamos, caracterizados por planícies de relevo suave e pouco acidentado que são localizadas próximas à costa marítima. Mas também, conta com recortes de vales de rios. Portanto, a área urbana de Rio Largo se constitui por ocupações em áreas planas de cotas mais altas (platôs) — bairros: Casas Novas, Vila Rica, Manoel Gonçalves, Brasil Novo, Zumbi dos Palmares e partes dos bairros Tabuleiro do Pinto, Mata do Rolo e Distrito Industrial — e em áreas baixas nos fundos de vales, encostas íngremes — bairros: Centro, Gustavo Paiva, Lourenço de Albuquerque, Alto de São Miguel, Utinga e partes dos bairros Tabuleiro do Pinto, Mata do Rolo e Distrito Industrial — que sofrem ameaças naturais, como enchentes e deslizamentos de terra, causando grandes transtornos à cidade, como ocorrido nos anos de 2010, 2022 e em décadas anteriores.

Outra característica ambiental de suma importância para o contexto urbano do município diz respeito às áreas de Mata Atlântica ainda existentes. São elas a Mata do Rolo e a Mata da Sálvia, áreas naturais inseridas integralmente no contexto urbano, inclusive formando obstáculos à continuidade da malha urbana e fragmentando-a principalmente por conta de sua topografia acidentada.

Ambas as matas possuem rica biodiversidade, abrigando uma variedade de espécies vegetais e animais, incluindo também diversas nascentes de água. Assim, essas matas exercem papel fundamental na proteção dos recursos hídricos, atuando como reguladoras do ciclo da água e evitando processos de erosão e deslizamentos de terra. Além de suas funções ecológicas, essas áreas naturais também constituem oportunidades de lazer e contato com a natureza para os moradores locais.



No entanto, é importante ressaltar que a expansão urbana desordenada e a falta de consciência ambiental representam ameaças à preservação dessas áreas. É essencial que a população e as autoridades municipais atuem em conjunto para garantir a proteção e a conservação do importante patrimônio natural, buscando estratégias de manejo sustentável e conscientização sobre a importância da preservação dos ecossistemas.

O município de Rio Largo possui vastas áreas naturais, com florestas e recursos hídricos importantes. Há Áreas de Preservação Permanente (APP) em torno dos rios — embora não delimitadas em legislação municipal —, mas também ocupações urbanas indevidas. O município carece, portanto, de legislação ambiental e de conselhos e institutos públicos voltados para a preservação ambiental e gestão sustentável. A criação dessas estruturas seria fundamental para promover políticas públicas efetivas, envolver a comunidade na tomada de decisões e monitorar a saúde dos ecossistemas. Assim, Rio Largo poderia alcançar um desenvolvimento equilibrado e consciente com o meio ambiente.

A criação de conselhos municipais, por exemplo, poderia proporcionar um espaço de diálogo entre governo e comunidade, onde questões ambientais seriam discutidas e soluções sustentáveis seriam delineadas. E os institutos de pesquisa e órgãos governamentais voltados para o meio ambiente seriam fundamentais para monitorar a saúde dos ecossistemas locais, realizar estudos de impacto ambiental em projetos de expansão urbana e contribuir com a preservação das áreas verdes e recursos hídricos tão preciosos para a cidade.



#### 4.2. Visão de Rio Largo sob o Eixo de Desenvolvimento Urbano



A cidade de Rio Largo, como dissemos, restringe-se a uma pequena porção do território, e se estende por cerca de 19km<sup>2</sup> sobre uma topografia majoritariamente plana, que varia de 110 a 130m de altitude, mas fortemente recortada pelos vales dos rios. As primeiras ocupações urbanas se deram a partir da instalação de indústrias têxteis à margem leste do rio Mundaú e de uma ferrovia que interligava esse novo núcleo urbano ao Centro de Maceió.

Esses empreendimentos se deram no final do século XIX, e trouxeram crescimento populacional e certo desenvolvimento urbano e sociocultural. As atividades têxteis se extinguíram décadas depois, mas a vocação industrial da cidade permaneceu em sua memória e, mais recentemente, com a instalação de novas indústrias. Outra herança duradoura desse período é o conjunto de edificações que até hoje se preservou no Centro de Rio Largo e imediações. E, muito embora ainda não sejam protegidos por tombamento, esses edifícios e espaços públicos são reconhecidos pela população como marcas de sua história, e se destacam na paisagem urbana atual.

A malha urbana se expandiu desde a margem do rio (cidade baixa) subindo o morro na direção oeste-leste, com um traçado orgânico que acompanha o relevo acidentado do vale. Quando alcança as cotas mais altas, no tabuleiro, surgiram loteamentos sucessivos que adotaram traçado ortogonal com diferentes padrões de desenho urbano. Nas décadas em que se expandiu sobre os tabuleiros, Rio Largo recebeu forte influência da capital alagoana devido à implantação do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares na região limítrofe com Maceió, que estimulou a expansão urbana de ambas e criou uma vasta zona de conurbação. Na última década, grandes conjuntos habitacionais e loteamentos vêm sendo implantados, quase duplicando a malha urbana de então.

Rio Largo se conecta a Maceió tanto por via férrea (hoje com sistema de trem urbano) quanto pelas rodovias BR-104 (federal) e AL-405 (estadual) quem atravessam a cidade na parte mais alta, justamente nas proximidades do aeroporto. Essas vias são importantes eixos de conexão local e regional e vetores de expansão e conurbação entre os dois municípios.

O sistema viário urbano não possui uma classificação legalmente definida, e é pouco diversificado, com algumas avenidas com função estrutural e muitas vias locais, além das próprias rodovias que recortam a cidade. Grande parte das vias se encontra em condições precárias de urbanização e apresenta carência de iluminação pública, arborização e acessibilidade nas calçadas, fato mais gravemente percebido nas áreas de relevo mais acidentado.

Atualmente, o sistema urbano de transporte público em Rio Largo é bastante restrito, com apenas três linhas de vans que interligam o Centro a alguns setores da cidade, o que dificulta os deslocamentos entre os bairros e obriga muitas pessoas a percorrerem longas distâncias a pé e de bicicleta, visto que o transporte por outros meios motorizados é incompatível com a renda média da população. A frota veicular tem crescido no município, mas corresponde a menos de 0,25 veículos por habitante. Ainda com relação aos deslocamentos, a população que reside nos vastos conjuntos habitacionais tem grandes dificuldades de acessar os serviços urbanos, visto que poucas são as opções disponíveis para seu acesso e que o transporte que conduz às áreas mais bem equipadas é limitado.

As redes de distribuição de energia elétrica e iluminação pública estão presentes em praticamente toda a cidade, e os serviços de telefonia e internet têm cobertura satisfatória. O sistema de saneamento, entretanto, é precário, sendo a cidade pouco atendida pelo abastecimento de água, rede de esgotamento sanitário inexistente e problemas de drenagem de águas pluviais em diversas ruas. Por sua vez, o sistema de coleta de lixo atende praticamente toda a cidade, com destino à Central de Tratamento de Resíduos (CTR) Metropolitana, situada no município vizinho de Pilar.

Os usos do solo urbano predominantes em Rio Largo são o residencial de baixa a média densidade, com lotes de tamanhos variados e ocupados por edificações de um a quatro pavimentos, intercalados por muitos vazios urbanos (lotes sem uso). Há núcleos habitacionais que chegam a atingir densidades urbanas mais altas, principalmente nos trechos mais intensamente ocupados nas proximidades do Centro, como em parte dos bairros Alto de São Miguel e Lourenço de Albuquerque. São, muitas delas, moradias em condições precárias e de risco de deslizamento, que precisam ser reassentadas em locais bem planejados.

Recortando as áreas residenciais mais estruturadas, há o grande eixo formado pela rodovia BR-104, que apresenta razoável diversidade de usos, como indústrias, atividades de logística e transportes e comércio e serviços de médio porte. O Centro da cidade e seu entorno imediato, por sua vez, abriga a maior diversidade de usos, mesclando moradia, comércio, serviços e instituições públicas, além de contar com duas das estações do trem urbano. Já as áreas predominantemente residenciais (a maior parte da cidade) carecem de núcleos de comércio e serviços públicos, o que facilitaria o cotidiano dos moradores locais e evitaria muitos deslocamentos desnecessários para as citadas áreas comerciais.

Além das atividades comerciais, a indústria também é relevante nos usos do solo urbano de Rio Largo, e configura talvez uma de suas principais vocações, embora essas atividades normalmente ocorram em áreas mais concentradas junto à rodovia BR-104, e mais recentemente no distrito industrial planejado para o setor norte da cidade.

Qualitativamente, percebe-se que o desenho urbano de Rio Largo precisa de maiores cuidados, especialmente no que concerne aos atributos ambientais das áreas livres. A pouca arborização das vias e calçadas, a carência de praças urbanizadas e os obstáculos à acessibilidade geral indicam que esses espaços não têm sido priorizados. As áreas livres urbanas, porém, são essenciais ao trânsito e à permanência confortável das pessoas. Consequentemente, espaços bem frequentados são mais seguros e induzem naturalmente o desenvolvimento econômico local.

O zoneamento instituído pelo Plano Diretor vigente é incompleto, pois dependia de um detalhamento que não foi desenvolvido. Por esta razão, uma análise da compatibilidade entre a realidade da cidade de Rio Largo e sua legislação urbanística foi bastante limitada na etapa de Leitura. Pode-se apontar, contudo, que esta é uma oportunidade ímpar para o município, de forma que a atualização do PDM ora em curso nos permite zonear a cidade como ela precisa para se desenvolver bem. Rio Largo possui uma formação urbana interessante, apesar dos citados problemas de fragmentação e descontinuidade, que permitem desenhar seu futuro de maneira rica, integrando suas vocações econômicas e riquezas naturais a um desenho urbano bem conectado, permitindo à população usufruir do melhor que o território pode proporcionar.

Ao que tudo indica, as intenções para o desenvolvimento industrial de Rio Largo se estendem ao longo da rodovia BR-104 até o limite norte do município, percorrendo também a BR-101, que corta a zona rural na direção de Pilar. Há, contudo, que se considerar a incidência da já citada APA do rio Pratagy, que abrange toda a porção a leste da primeira rodovia, e a presença de diversos vales que abrigam riachos e nascentes, além de grande cobertura vegetal nativa. Uma possibilidade para esse desenvolvimento é a implantação de um Parque Empresarial Ecológico, que preza por formas sustentáveis de produção industrial, com impacto reduzido e medidas de aproveitamento de resíduos de forma inteligente. Um empreendimento como esse não só abre possibilidades econômicas ao município, mas pode destacá-lo em um cenário cada vez mais competitivo.

A expansão urbana que se faz notar no outro extremo da cidade, próximo ao aeroporto, causa preocupação por suas proporções. Novos loteamentos se multiplicam na zona conurbada de Rio Largo, Maceió e Satuba, aumentando consideravelmente a mancha urbana, causando pressão sobre áreas ambientais de grande valor ecológico e paisagístico, como a Mata da Sálvia, e trazendo para as finanças públicas um comprometimento cada vez maior com o suprimento de infraestruturas e serviços, que na cidade atual já são um grande desafio a ser enfrentado.

#### 4.3. Visão de Rio Largo sob o Eixo de Desenvolvimento Econômico



A partir das informações contidas no relatório de Diagnóstico Consolidado, percebe-se que Rio Largo se destaca como um dos maiores municípios do estado de Alagoas, tanto em termos de população quanto em relação ao seu Produto Interno Bruto (PIB), que ultrapassou a marca de R\$ 1,3 bilhão em 2020.

Considerando os indicadores econômicos, o município ocupa a 31ª posição no ranking do PIB per capita do estado. No entanto, quando comparado com outras cidades da região imediata, Rio Largo ocupa a terceira posição, com um valor de R\$ 17.389,26.

É importante ressaltar que, em 2021, Rio Largo alcançou a marca de 16.649 empregos formais, o que representa o segundo melhor resultado dos últimos cinco anos. Além disso, o saldo de empregos encerrou o ano de 2022 de forma positiva, com 752 novas vagas de trabalho.

Outro indicador que merece atenção é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que apresenta resultados inferiores ao estado tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental. Além disso, a taxa de escolarização do município está na 35ª posição entre todos os municípios de Alagoas.

É importante destacar o expressivo aumento no número de Microempreendedores Individuais (MEI) em Rio Largo. Nesse sentido, é fundamental desenvolver políticas públicas efetivas que fortaleçam a cultura empreendedora, oferecendo capacitações, suporte gerencial e concessão de crédito para esse público.

Em relação aos estímulos, é necessário promover ações voltadas para a qualificação da mão-de-obra local e o engajamento dos trabalhadores no setor comercial, que concentra 45,8% das empresas da cidade, mas emprega apenas 13% dos trabalhadores formais.

Deve-se ainda, atentar que a cidade deve enfrentar diversos desafios, como por exemplo elevar o salário médio mensal dos trabalhadores locais, que ocupa apenas a quinquagésima posição no ranking estadual. Também, reduzir os vazios urbanos é uma preocupação importante para o planejamento urbano, pois acabam gerando áreas dispersas e fragmentadas. Esses vazios precisam ter uma utilização eficiente nos

diversos espaço da cidade.

Observa-se, que a cidade possui um potencial econômico voltado para os setores comerciais e de prestação de serviços, o que torna essencial o planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável do município. O aproveitamento das externalidades positivas geradas pela presença do aeroporto internacional Zumbi dos Palmares, deve ser prioridade no planejamento da cidade.

Rio Largo possui um grande potencial em relação a oportunidades para atividades industriais, comerciais e de serviços. O município conta com um bairro Industrial, localizado as margens da BR 104 e uma infraestrutura aeroportuária bem desenvolvida, o que oferece uma grande oportunidade para o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial e de serviços.

Além do potencial econômico voltado para as indústrias, comércios e serviços, Rio Largo se destaca pelo potencial turístico. Apesar de pouco explorado, o município possui atrativos naturais e históricos que permitem o desenvolvimento do turismo na região, em especial no entorno do Rio Mundaú. Sugere-se, portanto, algumas estratégias para explorar esse ativo de Rio Largo, observando que explorar o turismo nessa região requer estratégias que aproveitem as belezas naturais, a diversidade cultural e o patrimônio histórico do município.

Já considerando as atividades agrícolas, e em especial a produção de cana-de-açúcar, deve ser potencializada e concentrada em área rurais do município. Essa atividade é tradicional e rentável, que demanda investimentos em tecnologia, sustentabilidade e capacitação para maximizar seus benefícios econômicos e sociais. Contudo, é importante ressaltar que, como em qualquer atividade econômica, a produção de cana-de-açúcar também enfrenta desafios. Dentre eles, destacam-se as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental, como o uso adequado dos recursos naturais e a gestão responsável dos resíduos gerados pelo processamento da cana.

Conforme mencionado anteriormente, o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, é um ponto de grande relevância para a infraestrutura da região. Com capacidade para 5.3 milhões de passageiros por ano, registrou 2.3 milhões de passageiros em 2022, um aumento de 18.8% em relação ao ano anterior. Além disso, o aeroporto apresentou crescimento significativo nas operações e transporte de cargas, com um aumento de 80.2% e 78.4%, respectivamente, entre 2020 e 2022. Esses dados ressaltam a importância do aeroporto para o desenvolvimento econômico e turístico de Rio Largo e região.

Em resumo, o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares é uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de Rio Largo, trazendo crescimento, oportunidades e conexões para a cidade. Ao oferecer voos nacionais e internacionais, o aeroporto coloca o município no mapa global, permitindo que os moradores tenham acesso a diversas oportunidades, ao mesmo tempo em que atrai investimentos e estimula o turismo, contribuindo para o progresso da região como um todo.

#### 4.4. Visão de Rio Largo sob o Eixo de Desenvolvimento Social



Por abordar o tema que diz respeito às condições de habitação, vimos que as primeiras ocupações no município de Rio Largo, se deu devido ao estabelecimento de fábricas e a construção de vilas operárias para abrigar os trabalhadores e suas famílias. Com o tempo, a área central da cidade foi desenvolvendo-se com casas predominantemente térreas, sem recuos laterais e quintais, o que dificulta o conforto térmico das edificações.

Ao longo dos anos, a expansão urbana do município levou à ocupação de áreas de risco, como as margens do rio Mundaú e a chamada ilha Angelita, que sofreram com cheias em 2010, resultando em desalojamentos e demolições de residências. Para abrigar a população desalojada, foram construídos conjuntos habitacionais horizontais, muitos deles financiados pelo programa federal "Minha Casa Minha Vida", totalizando aproximadamente 12.864 unidades.

Além disso, condomínios privados de caráter fechado também surgiram na cidade. Alguns foram projetados dessa forma desde o início, enquanto outros foram fechados pelos moradores, criando regras internas.

Uma das principais preocupações das autoridades é com as habitações localizadas em áreas de risco de inundações, alagamentos e deslizamento de terra. Foi possível identificar, com o auxílio da participação social nas oficinas comunitárias, as comunidades que sofrem com dificuldades no acesso a serviços públicos, falta de infraestrutura adequada e com preocupação de ficarem desabrigadas, são elas:

- Assentamento precário: barracos na Estrada da Destilaria, próximo ao Conjunto Teotônio Vilela, no bairro Casas Novas
- Ocupações em área de deslizamento de terra: Biquinha e Lourenço de Albuquerque
- Ocupações em área de deslizamento de terra e enchentes: Beiju de Coco

Falando em serviços básicos fundamentais para uma melhor qualidade de vida, Rio Largo conta com diversas unidades de saúde, incluindo Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Saúde da Família (USF), hospitais de urgência e emergência, entre outras.



O número de UBS atende ao mínimo estabelecido pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em relação à população do município.

O Hospital Geral Ib Gatto Falcão é o principal centro de atendimento de urgência e emergência, porém a maternidade encontra-se sem operação, o que dificulta o atendimento adequado às gestantes. Além do hospital, o município não possui Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas.

As principais reclamações obtidas com a participação social em relação ao sistema municipal de saúde, foi o atendimento nas unidades de saúde com número de médicos insuficientes, falta de medicamentos e na demora de realização de exames. Ainda assim, o município tem investido em melhorias na área da saúde, com a construção de novas unidades e a ampliação da assistência à população.

O sistema municipal de ensino de Rio Largo é composto por escolas públicas municipais e estaduais, além de instituições privadas. A cidade atende diversas etapas da Educação Básica, desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Foi possível observar, que os equipamentos públicos de ensino se encontram, atualmente, em bom estado de conservação e manutenção.

Em relação aos números de matrículas, observou-se uma redução no número de alunos matriculados nas idades de 15 a 17 anos, correspondendo à transição do ensino fundamental para o ensino médio. Isso pode ocorrer devido à necessidade de entrar no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar.

A cidade também possui instituições de ensino superior, incluindo o Campus de Engenharias e Ciências Agrárias (CECA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e uma unidade do Instituto Federal de Alagoas (UFAL).

A educação é um direito universal. Logo, é importante que Rio Largo enfatize as políticas públicas educacionais, priorizando ações para corrigir desigualdades e garantir o acesso equitativo à educação.

Sobre os equipamentos e serviços públicos voltados para assistência social, Rio Largo possui 3 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e 1 Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que atendem famílias referenciadas em situação de vulnerabilidade. Segundo dados de dezembro de 2022, cerca de 28.752 famílias estavam cadastradas no Cadastro Único e 15.462 famílias foram beneficiadas pelo programa Auxílio Brasil, indicando a relevância e a preocupação com o número de pessoas em situação de vulnerabilidade na região.

Além dos equipamentos, o município conta com algumas ações e projetos socioassistenciais, que são, o Cadastro Único/Auxílio Brasil, o Projeto Gerações voltado para idosos e o Projeto Viva Nossa Gente que busca garantir igualdade de oportunidades e acesso a serviços de cidadania.

Apesar de contar com equipamentos e serviços públicos regulares nas áreas de saúde, ensino e assistência social para atender à população atualmente, Rio Largo apresenta lacunas significativas quando se trata de cultura, esporte e lazer. Na área urbana da cidade, a infraestrutura para atividades culturais e de lazer é deficitária, com a maioria

das praças sendo pequenas, com poucos equipamentos e frequentemente em estado de deterioração, tornando-se locais propícios para a ocorrência de atividades criminosas. Essa situação demanda atenção e investimentos para melhorar a oferta de espaços culturais e esportivos, bem como promover o bem-estar e a qualidade de vida da população local.

Rio Largo se destaca pelo potencial turístico-histórico e turístico-natural, que pode ser explorado para conservar patrimônios históricos e naturais, bem como impulsionar a economia do turismo, gerando renda e empregos para a população local e promovendo o desenvolvimento do município.

Estão em processo de implementação grandes loteamentos privados, que em breve resultarão em um considerável crescimento populacional para a cidade. Diante desse cenário, é imprescindível uma parceria público-privada para garantir a implantação adequada de equipamentos públicos suficientes e adequados, a fim de atender a nova população e evitar sobrecarga nos equipamentos existentes.

Em Rio Largo, existem unidades voltadas para segurança pública, como os Distritos Policiais, o Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) e o Pátio de Custódia da Polícia Civil. Em 2022, a prefeitura empossou novos guardas municipais para reforçar a segurança patrimonial e combater a criminalidade.

Entretanto, o município enfrenta desafios, com índices de criminalidade consideráveis, sendo a terceira cidade com maior incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no estado, ficando atrás apenas de Maceió e Arapiraca.

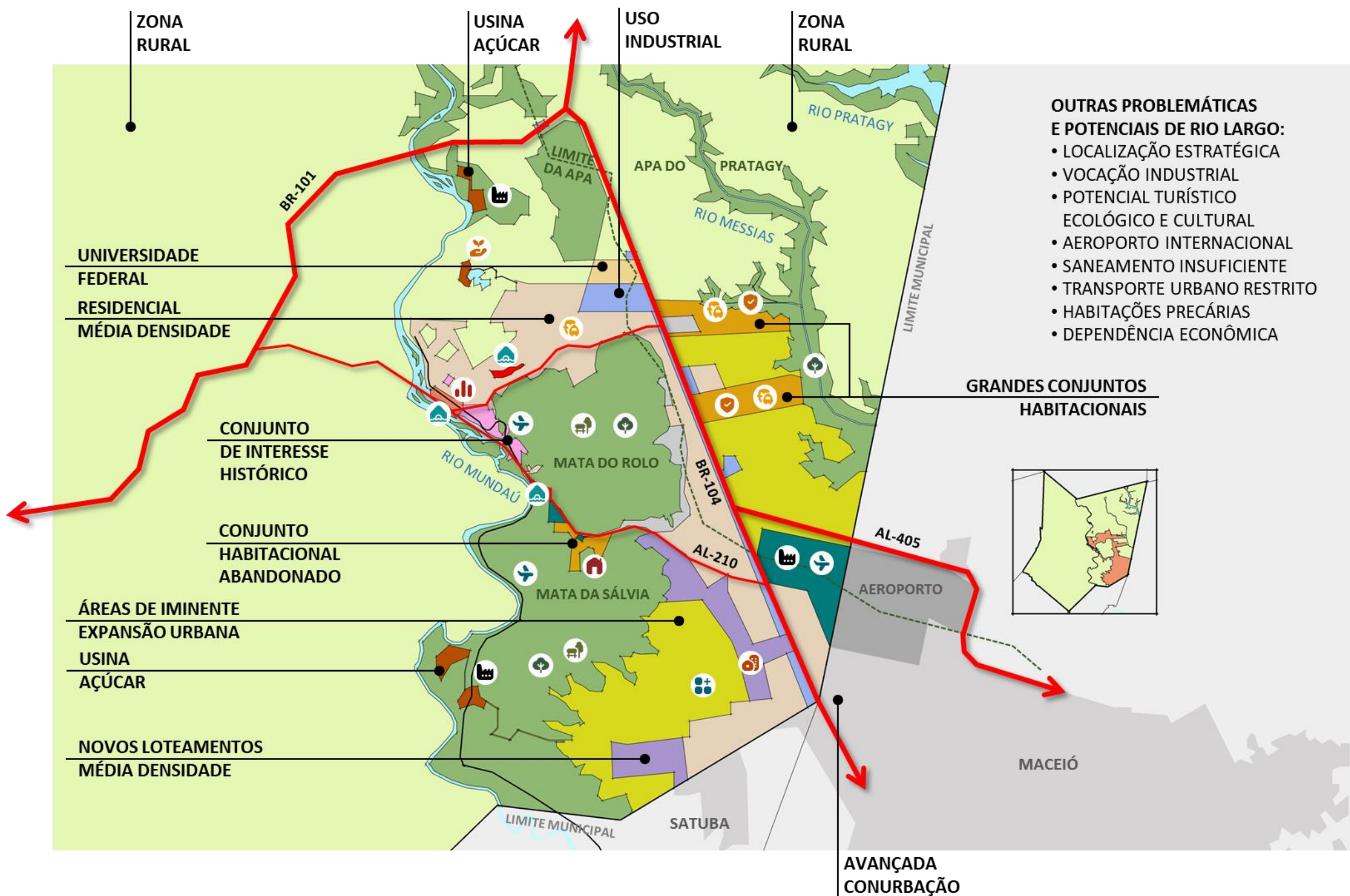
Para finalizar a análise da leitura da realidade sob o viés do Desenvolvimento Social, um dos principais temas abordados nas problemáticas identificadas no Diagnóstico Municipal Consolidado foi o da gestão democrática e da participação popular. No âmbito do planejamento urbano de Rio Largo essa questão fica evidenciada devido à dificuldade de discutir os problemas do município com um grupo representativo e atuante da sociedade civil, assim como o pouco engajamento da população em geral nos processos participativos anteriores. No entanto, a situação está mudando com esta atualização do Plano Diretor Municipal (PDM), visto que a mobilização e divulgação adotadas pela Prefeitura estão sendo essenciais para reverter esse quadro e evitar a desarticulação entre o poder público e as lideranças comunitárias e setoriais.

#### **4.5. Espacialização das Problemáticas**

O exercício de diagnosticar um dado território, especialmente no âmbito municipal, não é completo se não considerar o **fator localização** para cada aspecto, problema ou potencial encontrado durante os estudos e reuniões. Por esta razão, apresentamos a seguir um mapa esquemático que procura registrar, combinar e sintetizar tudo que foi apresentado no relatório final da etapa de Leitura e resumido no presente capítulo. A Figura 4.1 apresenta esse mapa que, esperamos, seja útil para facilitar a compreensão e as discussões sobre a realidade atual do município, com destaque às questões mais próprias de sua dimensão urbana.



Figura 4.1 — Mapa-síntese esquemático da realidade atual de Rio Largo



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

## 5. Eixo Estratégico 1: Sustentabilidade Ambiental

### 5.1. Matriz de Referência (SWOT)

Apresentamos a seguir a matriz de referência na modalidade SWOT para o Eixo Estratégico 1: Sustentabilidade Ambiental (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 — Matriz SWOT de Sustentabilidade Ambiental

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<p><b>Forças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Biodiversidade:</b> Vastas áreas naturais, como as matas do Rolo e da Sálvia, que abrigam rica biodiversidade e atuam na proteção dos recursos hídricos.</li> <li>• <b>Recursos hídricos:</b> O município é beneficiado por recursos hídricos como rios e riachos, que são importantes para o equilíbrio ambiental e atividades econômicas.</li> <li>• <b>Áreas de Proteção Ambiental (APA):</b> Existência de Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratagy, contribuindo para a conservação do meio ambiente.</li> <li>• <b>Beleza paisagística natural:</b> Rio Largo possui uma beleza cênica natural e um clima tropical litorâneo úmido, que podem atrair visitantes e turistas.</li> </ul>	<p><b>Fraquezas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Poluição dos recursos hídricos:</b> falta de saneamento adequado e uso indiscriminado de agrotóxicos nas atividades agrícolas.</li> <li>• <b>Ocupação irregular e degradação:</b> Ocupações urbanas indevidas em áreas de inundação dos rios, deixando a população vulnerável a perigos naturais, como enchentes. E ocupações urbanas em área de APP.</li> <li>• <b>Fiscalização ambiental:</b> pouco controle sobre as atividades degradadoras.</li> </ul>
Fatores externos	<p><b>Oportunidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Energias renováveis:</b> Incentivar ainda mais o uso de energias renováveis, como a biomassa de cana-de-açúcar e também energia solar, e eólica, para reduzir a dependência de fontes não sustentáveis de energia.</li> <li>• <b>Ecoturismo:</b> O potencial para o desenvolvimento do ecoturismo é grande, com a oferta de atrativos naturais e atividades ao ar livre, atraindo turistas e fomentando a economia local.</li> <li>• <b>Educação ambiental:</b> A implementação de programas de educação ambiental nas escolas e comunidades pode fortalecer a conscientização ecológica e promover o turismo ecológico sustentável.</li> </ul>	<p><b>Ameaças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mudanças climáticas:</b> As mudanças climáticas podem agravar problemas ambientais existentes, como enchentes e inundações.</li> <li>• <b>Expansão desordenada:</b> A ocupação desordenada de recursos naturais, pode levar à degradação ambiental e perda de habitats.</li> <li>• <b>Descontrole nas APP:</b> descontrole das atividades desenvolvidas nas Áreas de Preservação Ambiental.</li> </ul>

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

## 5.2. Estratégias e Diretrizes

Sob o enfoque da **sustentabilidade ambiental** do município de Rio Largo, propomos a seguir algumas estratégias de ação para a atualização de seu Plano Diretor Municipal. Essas estratégias estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) indicados abaixo:



### 1) Saneamento e Controle de Agrotóxicos:

- a) Priorizar investimentos na construção de sistemas de tratamento de esgoto nas áreas urbanas, estabelecendo metas e prazos para a universalização do saneamento básico, buscando reduzir significativamente a contaminação dos corpos d'água.
- b) Regulamentar o controle e fiscalização do uso de agrotóxicos, estabelecendo limites de aplicação, incentivando práticas sustentáveis e oferecendo incentivos fiscais para agricultores que adotem técnicas mais seguras e menos prejudiciais ao meio ambiente.

### 2) Fortalecimento da fiscalização e monitoramento ambiental:

- a) Investir em equipamentos e recursos humanos para fortalecer a fiscalização ambiental e coibir práticas ilegais que causem danos ao meio ambiente.
- b) Realizar monitoramento ambiental periódico para acompanhar a saúde dos ecossistemas locais e identificar possíveis ameaças.
- c) Realizar avaliações de impacto ambiental para grandes projetos urbanos, como expansão de infraestruturas e empreendimentos, garantindo a mitigação de danos ambientais.

### 3) Desenvolvimento de programas de coleta seletiva e reciclagem:

- a) Implementar programas de coleta seletiva de resíduos sólidos para reduzir o impacto da disposição inadequada de lixo.
- b) Incentivar a criação de cooperativas de reciclagem para estimular a economia circular e a geração de empregos na área de reciclagem.

### 4) Preservação e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP):

- a) Fortalecer a fiscalização e monitoramento de áreas de preservação permanente para evitar a ocupação irregular e a degradação ambiental.
- b) Promover projetos de recuperação de áreas degradadas, como reflorestamento e revitalização de nascentes.

**5) Incentivo às energias renováveis:**

- a) Estimular a adoção de energias renováveis, como painéis solares, energia eólica e energia de biomassa, tanto em residências quanto em empreendimentos comerciais e industriais.
- b) Criar políticas de incentivo e financiamento para a implantação de sistemas de energia limpa.

**6) Desenvolvimento do ecoturismo sustentável:**

- a) Criar roteiros turísticos que valorizem as áreas naturais preservadas, com atividades ecoturísticas planejadas de forma responsável e respeitosa ao meio ambiente, incentivando a visita controlada e consciente.
- b) Promover a capacitação de guias e prestadores de serviços para garantir a prática do ecoturismo de forma sustentável e responsável.

**7) Inclusão da educação ambiental nas escolas e comunidades:**

- a) Implantar programas de educação ambiental nas escolas e comunidades para conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental.
- b) Realizar campanhas de sensibilização e capacitação sobre práticas sustentáveis, como redução do desperdício de água e energia.

**8) Planejamento urbano sustentável:**

- a) Promover o planejamento urbano sustentável, considerando a preservação de áreas verdes, a criação de parques urbanos e a redução do impacto ambiental das novas construções.
- b) Incentivar a ocupação de áreas já urbanizadas e infraestruturadas, com potencial para crescimento vertical e densificação urbana, evitando a expansão desordenada para áreas sensíveis e de valor ambiental.

**9) Adaptação às Mudanças Climáticas:**

- a) Desenvolver um plano de ação para lidar com eventos extremos, como enchentes e deslizamentos, com medidas de prevenção, monitoramento e resposta rápida para proteger a população e reduzir danos materiais.
- b) Reassentar, remanejar famílias que habitam áreas de ameaças naturais, como margens de rios e encostas.

**10) Parcerias com organizações e instituições ambientais:**

- a) Estabelecer parcerias com organizações não governamentais, universidades e instituições de pesquisa para fortalecer ações de conservação e preservação ambiental.



- b) Buscar recursos e apoio técnico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável.

Essas estratégias visam fortalecer a sustentabilidade ambiental do município de Rio Largo, garantindo a preservação dos recursos naturais, a proteção dos ecossistemas e a promoção do bem-estar da população, contribuindo para um desenvolvimento urbano mais equilibrado e responsável com o meio ambiente.

## 6. Eixo Estratégico 2: Desenvolvimento Urbano

### 6.1. Matriz de Referência (SWOT)

Apresentamos a seguir a matriz de referência na modalidade SWOT para o Eixo Estratégico 2: Desenvolvimento Urbano (Tabela 6.1).

Tabela 6.1 — Matriz SWOT do Desenvolvimento Urbano

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<b>Forças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Localização estratégica:</b> A proximidade com Maceió e o aeroporto internacional estimulam o desenvolvimento e podem fundamentar funções públicas de interesse comum.</li> <li>• <b>Crescimento industrial:</b> Rio Largo tem recebido novas indústrias, que podem contribuir para a geração de empregos e impulsionar a economia local.</li> <li>• <b>Centro histórico arquitetônico:</b> A existência de um conjunto de edificações preservadas adiciona valor ao patrimônio cultural e à paisagem urbana.</li> <li>• <b>Vocação industrial sustentável:</b> A possibilidade de desenvolver o setor em meio a áreas naturais próximas impulsiona formas sustentáveis de produção industrial e desenvolvimento econômico.</li> </ul>	<b>Fraquezas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Transporte público restrito:</b> Com apenas três linhas de vans, os deslocamentos entre os bairros e a acessibilidade aos serviços urbanos fica muito prejudicada.</li> <li>• <b>Problemas no sistema viário urbano:</b> Muitas vias estão em condições precárias e carecem de boa iluminação pública, arborização e acessibilidade nas calçadas.</li> <li>• <b>Saneamento precário:</b> Rio Largo sofre falta de abastecimento de água e de rede de esgotamento sanitário, além de problemas de drenagem em diversas ruas.</li> <li>• <b>Expansão urbana descontrolada:</b> Crescimento irrestrito da cidade faz pressão sobre áreas ambientais e intensifica a conurbação, aumentando os desafios para infraestruturação e proteção ambiental.</li> </ul>
	<b>Oportunidades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Atualização do Plano Diretor Municipal:</b> Zonear a cidade de acordo com suas necessidades e vocações econômicas pode resultar em desenvolvimento bem planejado.</li> <li>• <b>Parque Empresarial Ecológico:</b> Iniciativa pode aliar o desenvolvimento industrial sustentável com a preservação do meio ambiente e a atração de novos investimentos.</li> <li>• <b>Estímulo ao desenvolvimento urbano:</b> Em torno da rodovia BR-104 é possível ampliar a diversidade de usos e estabelecer um eixo de oportunidades de negócios e empregos.</li> <li>• <b>Atração de investimentos:</b> Elaborar planos setoriais possibilita atrair investimentos em diversas áreas e impulsionar o desenvolvimento sustentável de Rio Largo.</li> </ul>	<b>Ameaças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Indústria x APA:</b> Incidência da APA do Pratagy na região onde se pretende desenvolver industrialmente pode gerar restrições e exigências ambientais.</li> <li>• <b>Crescimento desordenado:</b> A expansão urbana descontrolada causa pressão sobre o meio ambiente e pode comprometer até as finanças públicas.</li> <li>• <b>Concorrência com outros municípios:</b> A atração de investimentos industriais exige diferenciação e atratividade para conquistar novos empreendimentos.</li> <li>• <b>Vulnerabilidade a eventos naturais:</b> Enchentes e deslizamentos podem afetar a infraestrutura e a segurança da população.</li> </ul>

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

## 6.2. Estratégias e Diretrizes

Sob o enfoque do **desenvolvimento urbano** do município de Rio Largo, propomos a seguir algumas estratégias de ação para a atualização de seu Plano Diretor Municipal. Essas estratégias estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) indicados abaixo:



### 1) Promover a qualificação urbana do Centro Histórico:

- a) Incentivar a requalificação de edifícios e espaços públicos históricos, oferecendo incentivos fiscais para a restauração e preservação do patrimônio cultural.
- b) Criar um programa de revitalização do Centro, com melhorias na infraestrutura, paisagismo, sinalização e segurança, atraindo atividades culturais e turísticas.

### 2) Desenvolver um programa de habitação social e revitalização de áreas degradadas:

- a) Criar um programa de habitação social para atender às demandas habitacionais da população de baixa renda, promovendo a inclusão social e o acesso a moradia digna.
- b) Estabelecer parcerias público-privadas para promover a revitalização de áreas degradadas ou abandonadas, transformando-as em espaços atrativos para a comunidade.

### 3) Fomentar a criação de áreas verdes e espaços públicos:

- a) Estabelecer diretrizes para a criação de parques, praças e áreas de lazer em diferentes partes da cidade, oferecendo mais opções de convívio e lazer para a população.
- b) Incentivar a implantação de programas de arborização urbana, melhorando o microclima e a qualidade de vida dos moradores.

### 4) Projetar um Parque Empresarial Ecológico e estimular a instalação de indústrias sustentáveis:

- a) Oferecer incentivos e benefícios fiscais para empresas que adotem práticas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.
- b) Promover a captação de investimentos e parcerias para desenvolver infraestrutura adequada no Parque, atraindo empresas comprometidas com a sustentabilidade.

### 5) Fortalecer a infraestrutura de saneamento básico:

- a) Implementar programas de abastecimento de água e rede de esgotamento sanitário, priorizando as áreas mais carentes.
- b) Realizar obras de drenagem pluvial para evitar alagamentos e melhorar a gestão de águas pluviais na cidade.

**6) Ordenar o crescimento urbano e controlar a expansão desordenada:**

- a) Revisar e atualizar o Plano Diretor, estabelecendo diretrizes para o crescimento ordenado da cidade, evitando a ocupação em áreas ambientalmente sensíveis.
- b) Promover o adensamento urbano em áreas já consolidadas e com infraestrutura adequada, evitando o espraiamento urbano.

**7) Criar incentivos para a ocupação de áreas ociosas e revitalização urbana:**

- a) Oferecer benefícios fiscais para a ocupação e revitalização de terrenos ociosos e edifícios subutilizados, incentivando o aproveitamento sustentável do espaço urbano.
- b) Desenvolver programas de parceria público-privada para promover a revitalização de áreas degradadas ou abandonadas.

**8) Implantação de transporte público eficiente:**

- a) Realizar um estudo de viabilidade para implantação de um sistema de transporte público que utilize ônibus elétricos ou movidos a energia limpa, visando a redução das emissões de poluentes.
- b) Integrar o transporte público com o trem metropolitano e com ciclovias e ciclofaixas, incentivando o uso de caminhadas e bicicletas como meio de transporte sustentável e complementar ao transporte coletivo.

**9) Fomento ao comércio e serviços públicos nos bairros:**

- a) Criar polos comerciais nos bairros, com a implantação de áreas livres bem urbanizadas e estruturadas, mercados públicos e feiras de rua, estimulando a economia local e valorizando a cultura e produtos regionais.
- b) Desenvolver programas de microcrédito e apoio técnico para incentivar a abertura de pequenos negócios locais, como mercearias, padarias e pequenas oficinas.

**10) Fortalecimento do turismo sustentável:**

- a) Criar um plano de desenvolvimento do turismo sustentável que defina limites de visitação em áreas naturais sensíveis, evitando a degradação ambiental causada pela visitação desordenada.
- b) Desenvolver parcerias público-privadas para investir em infraestrutura turística ecológica, como trilhas, mirantes e centro de visitantes, respeitando o ecossistema local e valorizando as belezas de Rio Largo.



**11) Desenvolvimento integrado com Maceió:**

- a) Estabelecer parcerias com o município de Maceió para o desenvolvimento integrado da região metropolitana, com ações conjuntas nas áreas de transporte, infraestrutura, segurança e meio ambiente.
- b) Articular projetos e iniciativas que favoreçam a integração das duas cidades, como sistemas de transporte público intermunicipais e planos de uso sustentável dos recursos naturais compartilhados.

**12) Políticas de habitação de interesse social:**

- a) Elaborar projetos de reassentamento habitacional para a população que vive em áreas de risco ou em habitações precárias, garantindo o acesso a moradias dignas e bem planejadas.
- b) Incentivar programas de habitação de interesse social, como a construção de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, buscando promover a inclusão social e o acesso à moradia adequada.

**13) Estruturar um Setor de Controle Urbano e Ambiental na Prefeitura:**

- a) Criar um setor específico na Prefeitura dedicado exclusivamente ao controle urbano e ambiental, com equipe qualificada e especializada em temas relacionados ao desenvolvimento urbano sustentável.
- b) Dotar o setor com a estrutura física e tecnológica necessária para realizar suas atribuições, como equipamentos de monitoramento, sistemas de informações geográficas (SIG) e softwares de gestão ambiental.

Essas estratégias têm como objetivo promover o desenvolvimento urbano sustentável do município de Rio Largo, buscando equilibrar o crescimento econômico com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população.

## 7. Eixo Estratégico 3: Desenvolvimento Econômico

### 7.1. Matriz de Referência (SWOT)

Apresentamos a seguir a matriz de referência na modalidade SWOT para o Eixo Estratégico 3: Desenvolvimento Econômico (Tabela 7.1/Tabela 6.1).

Tabela 7.1 — Matriz SWOT do Desenvolvimento Econômico

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<b>Forças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>PIB significativo:</b> Rio Largo possui um Produto Interno Bruto (PIB) relevante, o que indica uma economia ativa e diversificada.</li> <li>• <b>Aeroporto Internacional:</b> O Aeroporto Zumbi dos Palmares é um grande ativo para a cidade, atraindo turistas, investidores e empresas, impulsionando o desenvolvimento econômico.</li> <li>• <b>Setor Agrícola:</b> A produção de cana-de-açúcar é tradicional e rentável, oferecendo oportunidades para o agronegócio e agroindústria, desde que haja investimentos em tecnologia e sustentabilidade.</li> <li>• <b>Microempreendedores individuais:</b> O expressivo aumento no número de MEIs indica o potencial empreendedor da população, que pode ser estimulado através de políticas públicas.</li> </ul>	<b>Fraquezas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Salário médio mensal:</b> O salário médio mensal dos trabalhadores locais está abaixo de outros municípios do estado, o que pode afetar o poder aquisitivo da população e o desenvolvimento econômico.</li> <li>• <b>Baixa dinâmica imobiliária:</b> A baixa dinâmica imobiliária e a predominância de empresas locais na construção civil podem limitar o crescimento do setor e a oferta de imóveis para a população.</li> <li>• <b>Educação Básica e Escolarização:</b> Os resultados do IDEB e a baixa posição no ranking de escolarização mostram desafios na qualidade da educação no município, o que pode impactar no desenvolvimento futuro.</li> </ul>
	<b>Oportunidades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Desenvolvimento Industrial e de Serviços:</b> A infraestrutura aeroportuária e a localização próxima à BR 104 oferecem oportunidades para atrair indústrias, comércios e serviços para o município.</li> <li>• <b>Exploração do Turismo:</b> O potencial turístico da região pode ser explorado através de estratégias que valorizem as belezas naturais, a cultura local e o patrimônio histórico.</li> <li>• <b>Fortalecimento do Setor Agrícola:</b> Investimentos em tecnologia, sustentabilidade e capacitação podem impulsionar ainda mais a produção de cana-de-açúcar e o agronegócio.</li> </ul>	<b>Ameaças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Sustentabilidade Ambiental:</b> A produção de cana-de-açúcar enfrenta desafios ambientais, como o uso responsável de recursos naturais e a gestão adequada de resíduos, que devem ser endereçados para evitar impactos negativos.</li> <li>• <b>Desafios educacionais:</b> A qualidade da educação básica é uma preocupação e pode afetar o desenvolvimento da força de trabalho qualificada no futuro.</li> <li>• <b>Concorrência Regional:</b> Outros municípios da região podem competir pela atração de investimentos e empresas, exigindo esforços para manter a atratividade de Rio Largo.</li> </ul>
Fatores externos		

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

## 7.2. Estratégias e Diretrizes

Sob o enfoque do **desenvolvimento econômico** do município de Rio Largo, propomos a seguir algumas estratégias de ação para a atualização de seu Plano Diretor Municipal. Essas estratégias estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) indicados abaixo:



### 1) Diversificação da economia local:

- a) Incentivar a diversificação dos setores econômicos presentes no município, buscando atrair investimentos em indústrias, tecnologia, turismo, agricultura, entre outros.
- b) Estimular a criação de novos negócios e startups, oferecendo incentivos fiscais e facilidades burocráticas para empreendedores.

### 2) Desenvolvimento Industrial e de Serviços:

- a) Realizar estudos de viabilidade de mercado para identificar quais setores industriais e de serviços têm maior potencial de crescimento e adequação à realidade econômica do município.
- b) Criar uma agência de promoção de investimentos para prospectar empresas interessadas em se estabelecer em Rio Largo. Essa agência pode oferecer informações sobre benefícios fiscais, infraestrutura disponível, mercado consumidor e oportunidades de negócios, com o objetivo de atrair empresas de diversos portes e segmentos.

### 3) Fortalecimento do setor agrícola e extrativista:

- a) Incentivar o uso de técnicas sustentáveis na agricultura e no extrativismo, promovendo práticas que preservem o meio ambiente e garantam a renovação dos recursos naturais.
- b) Apoiar associações e cooperativas de produtores rurais e extrativistas, oferecendo capacitação e assistência técnica.

### 4) Estímulo ao empreendedorismo e pequenos negócios:

- a) Criar programas de capacitação em empreendedorismo e gestão empresarial para microempreendedores individuais e pequenos empresários.
- b) Disponibilizar linhas de crédito com juros subsidiados para fomentar o crescimento dos negócios locais.

### 5) Desenvolvimento de Polos Tecnológicos e Industriais:

- a) Promover a criação de polos tecnológicos e industriais em áreas estratégicas do município, como por exemplo a área próxima ao aeroporto, inserida na APA do Pratagy, incentivando a instalação de empresas inovadoras e de base tecnológica.
- b) Oferecer infraestrutura e incentivos para atrair investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

#### **6) Investimento em Educação e Qualificação Profissional:**

- a) Fortalecer o sistema educacional do município, investindo em escolas de qualidade, capacitação de professores e melhoria da qualidade de ensino.
- b) Criar programas de qualificação profissional em parceria com o setor privado, visando preparar a mão de obra local para as demandas do mercado de trabalho.

#### **7) Fortalecimento do Setor Turístico:**

- a) Desenvolver roteiros turísticos que valorizem as atrações naturais, históricas e culturais do município, promovendo o turismo sustentável e responsável.
- b) Investir em infraestrutura turística, como sinalização, transporte e hospedagem, para atender a demanda de visitantes.
- c) Incentivar o desenvolvimento do turismo comunitário, envolvendo as comunidades locais no planejamento e na gestão das atividades turísticas. Isso permite que as comunidades se beneficiem diretamente do turismo, promovendo a inclusão social, a geração de renda e a valorização de suas tradições culturais.

#### **8) Estímulo ao Comércio Local:**

- a) Incentivar o consumo consciente e valorização do comércio local, promovendo campanhas de incentivo ao consumo de produtos e serviços oferecidos por empresas do município.
- b) Criar espaços de feiras e eventos para a exposição e venda de produtos locais.

#### **9) Parcerias Público-Privadas (PPP) e Cooperação Regional:**

- a) Estabelecer parcerias público-privadas para a realização de projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico, compartilhando recursos e expertise entre os setores.
- b) Estabelecer parcerias com outros municípios da região para promover o desenvolvimento conjunto e atrair investimentos. A cooperação regional pode fortalecer a posição de Rio Largo diante da concorrência e permitir o compartilhamento de recursos e boas práticas.

#### **10) Promoção do Desenvolvimento Sustentável:**

- a) Incluir critérios de sustentabilidade em todas as políticas públicas e ações do município, visando conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar social.

- b) Estimular práticas de economia circular, eficiência energética e redução de emissões de carbono em empresas e instituições locais.

Essas estratégias visam promover o desenvolvimento econômico sustentável do município de Rio Largo, estimulando a diversificação econômica, o empreendedorismo local, a atração de investimentos e a melhoria da qualidade de vida da população.

## 8. Eixo Estratégico 4: Desenvolvimento Social

### 8.1. Matriz de Referência (SWOT)

Apresentamos a seguir a matriz de referência na modalidade SWOT para o Eixo Estratégico 4: Desenvolvimento Social (Tabela 8.1).

Tabela 8.1 — Matriz SWOT do Desenvolvimento Social

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<b>Forças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Boa oferta de unidades de equipamentos públicos:</b> saúde e assistência social, incluindo hospital, unidades de CRAS e CREAS e uma unidade do CadÚnico.</li> <li>• <b>Instituições de ensino:</b> Rio Largo conta com escolas públicas municipais e estaduais, instituições privadas e ensino superior público federal, o que proporciona acesso à educação em diferentes etapas.</li> <li>• <b>Potencial turístico-histórico e turístico-natural:</b> Rio Largo possui atrativos naturais como rios, florestas e atrativos históricos, com prédios com potencial patrimônio cultural, que pode proporcionar opções de lazer e prática de esportes para a população e potencial para o turismo ecológico.</li> </ul>	<b>Fraquezas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ocupação de áreas de risco:</b> Ocupações nas margens do rio Mundaú e em encostas, levando ao risco de inundações e deslizamento de terra, que também sofrem com falta de infraestrutura básica adequada.</li> <li>• <b>Deficiências na infraestrutura de cultura, esporte e lazer na área urbana:</b> As áreas para lazer e esportes conta com praças pequenas e poucos equipamentos.</li> <li>• <b>Altos índices de criminalidade:</b> Rio Largo é a terceira cidade com maior incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no estado.</li> <li>• <b>Participação Popular na Gestão Democrática:</b> necessidade de maior engajamento da população nos processos participativos para gestão democrática.</li> </ul>
	<b>Oportunidades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Parcerias para implantação de equipamentos públicos:</b> crescimento populacional devido à implementação de grandes loteamentos privados, possibilitando parcerias público-privadas para implantação de equipamentos públicos adequados.</li> <li>• <b>Potencial turístico-histórico e turístico-natural:</b> As belezas naturais e patrimoniais do município podem ser melhor aproveitadas para atividades de lazer e turismo sustentável, contribuindo para o desenvolvimento econômico local.</li> <li>• <b>Investimentos em infraestrutura e segurança:</b> Ações para melhorar a infraestrutura urbana, para melhorar a qualidade de vida da população, reduzir a criminalidade e atrair investimentos.</li> </ul>	<b>Ameaças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Impactos sociais e ambientais:</b> Áreas de risco sujeitas a deslizamentos e inundações representam um desafio para a segurança e bem-estar da população.</li> <li>• <b>Criminalidade:</b> O alto índice de criminalidade em certas áreas da cidade causa insegurança e impacta negativamente a qualidade de vida dos moradores.</li> <li>• <b>Aumento da população:</b> A ocupação dos grandes loteamentos, pode sobrecarregar os equipamentos e serviços públicos existentes.</li> </ul>

Elaboração: EGL Engenharia (2023).



## 8.2. Estratégias e Diretrizes

Sob o enfoque do **desenvolvimento social** do município de Rio Largo, propomos a seguir algumas estratégias de ação para a atualização de seu Plano Diretor Municipal. Essas estratégias estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) indicados abaixo:



### 1) Requalificação de áreas habitacionais:

- a) Revisar e adequar o zoneamento urbano, com foco na criação de zonas especiais para habitação de interesse social para reassentamento de populações que vivem em áreas de risco.
- b) Estimular o desenvolvimento de empreendimentos de interesse social em áreas estratégicas, como conjuntos habitacionais de baixa renda próximos a equipamentos públicos e com facilidade de acesso.

### 2) Investir na melhoria da infraestrutura de cultura, esporte e lazer:

- a) Promover a ampliação e revitalização das praças e espaços públicos, com a instalação de mais equipamentos esportivos e culturais, como quadras poliesportivas, teatros ao ar livre e bibliotecas.
- b) Incentivar parcerias com empresas privadas para a construção de centros culturais e espaços de lazer, ampliando as opções de entretenimento para a população.

### 3) Implementar ações de segurança pública e prevenção à criminalidade:

- a) Criar programas de policiamento comunitário, envolvendo a participação ativa da população na segurança local.
- b) Investir em tecnologias de monitoramento e iluminação pública nas áreas mais afetadas pela criminalidade, buscando reduzir os índices de violência.

### 4) Promover o turismo sustentável:

- a) Desenvolver roteiros turísticos que valorizem o patrimônio histórico e natural do município, promovendo o turismo consciente e preservando o meio ambiente.
- b) Estabelecer parcerias com agências de turismo e empresas locais para divulgação dos atrativos e captação de visitantes.
- c) Incentivar a implementação de serviços e estruturas sustentáveis para receber turistas, como centros de visitantes, trilhas monitoradas e atividades ecoturísticas.

**5) Estimular a participação popular na gestão municipal:**

- a) Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da participação da população nos processos decisórios do município.
- b) Criar espaços de diálogo e consulta pública para que os moradores possam contribuir com ideias e demandas para o desenvolvimento da cidade.

**6) Criar programas de capacitação e emprego para o crescimento populacional:**

- a) Desenvolver cursos de capacitação profissional em parceria com instituições de ensino e empresas locais, visando preparar a população para as oportunidades geradas pelo crescimento populacional.
- b) Incentivar a instalação de novas empresas no município, gerando empregos e impulsionando a economia local.

**7) Buscar recursos e parcerias para investimentos:**

- a) Estabelecer parcerias com órgãos governamentais e instituições não governamentais para a obtenção de recursos destinados à infraestrutura, segurança e desenvolvimento social.
- b) Promover a divulgação do potencial do município para atrair investidores interessados em apoiar projetos de desenvolvimento.

Essas estratégias visam promover o desenvolvimento social de Rio Largo, melhorando as condições de vida da população, promovendo a inclusão social e potencializando os recursos naturais e culturais da região em prol do bem-estar geral.

## 9. Síntese da Visão Estratégica para o Município de Rio Largo

---

Ao longo deste relatório, buscamos delinear diretrizes para o futuro desenvolvimento sustentável e integrado do município, considerando os quatro pilares que regem uma sociedade equilibrada: a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento urbano, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Por meio da análise detalhada das estratégias sob o enfoque desses eixos, buscamos traçar diretrizes que possam guiar o crescimento ordenado e equitativo do município.

As estratégias voltadas à **sustentabilidade ambiental** têm como objetivo garantir a preservação de nossos recursos naturais e a proteção do meio ambiente para as gerações futuras. O controle de agrotóxicos, o fortalecimento da fiscalização e monitoramento ambiental, a coleta seletiva e a reciclagem, bem como a preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e o estímulo às energias renováveis, são fundamentais para promover a harmonia entre o desenvolvimento humano e a natureza.

No âmbito do **desenvolvimento urbano**, a busca pela qualificação do Centro Histórico, a implementação de programas de habitação social e revitalização de áreas degradadas, e o fomento à criação de áreas verdes e espaços públicos visam construir uma cidade mais inclusiva e acolhedora. A projeção do Parque Empresarial Ecológico e o controle ordenado do crescimento urbano são passos decisivos rumo a um ambiente urbano mais sustentável e amigável.

A diversificação da economia local, o estímulo ao empreendedorismo e pequenos negócios, e o investimento em educação e qualificação profissional são estratégias-chave para um **desenvolvimento econômico** sólido e abrangente. Além disso, o fortalecimento do setor agrícola e extrativista, a promoção do desenvolvimento de polos tecnológicos e industriais, e a cooperação regional por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP) são elementos essenciais para a criação de um ambiente econômico próspero e inclusivo.

No campo do **desenvolvimento social**, a requalificação de áreas habitacionais, o investimento na infraestrutura de cultura, esporte e lazer, e a implementação de ações de segurança pública visam elevar a qualidade de vida dos cidadãos e fortalecer o senso de comunidade. A promoção do turismo sustentável, a participação popular na gestão municipal e a criação de programas de capacitação e emprego também são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento social de forma equitativa e justa.

### 9.1. Macrozoneamento Preliminar

Para facilitar a visualização e compreensão das estratégias propostas neste relatório, um **mapa esquemático** foi elaborado, no qual são indicadas as principais ações estratégicas e sua localização na área urbana de Rio Largo e em seu entorno imediato (Figura 9.1 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Esse mapa ilustra como as intervenções planejadas se distribuem no território, destacando as áreas de preservação ambiental, os polos de desenvolvimento econômico e as melhorias urbanas planejadas o que resulta em um macrozoneamento para a cidade.

Essa representação gráfica é ainda preliminar, mas é útil para que os gestores públicos,

a sociedade civil e os demais atores envolvidos possam ter uma visão holística do Plano e compreender como as estratégias se interconectam espacialmente, promovendo a coesão territorial e a otimização dos recursos.

Basicamente, o macrozoneamento proposto para Rio Largo compreende a seguinte configuração:

- **Área de Preservação Ambiental (APP):** demarcação de faixas de preservação nas margens dos rios e nas encostas íngremes dos vales, dimensionadas, segundo a legislação federal vigente, de acordo com a largura dos recursos hídricos e a topografia.
- **Zonas de Interesse Ambiental:** configuração de áreas de grande valor ambiental, forte potencial turístico e limitada adequação à ocupação urbana, visando a criação de parques ecológicos para proteção da natureza, visitação e lazer conscientes e educação ambiental.
- **Zona Mista de Média Densidade:** estímulo ao uso misto em toda a área urbana em que predomina o uso residencial, com a criação de núcleos de bairro pela implantação ou melhoria de equipamentos públicos, fomentando o surgimento de novas economias e incremento da segurança pública.
- **Zona Mista de Alta Densidade:** estímulo ao adensamento no bairro Vila Rica, por sua proximidade ao Centro da cidade e à avenida Teotônio Brandão Vilela, mas em situação de tabuleiro, em que se configura potencial comercial e de serviços, combinando-os com moradias mais verticalizadas e orientando seu adensamento atrelado à melhoria de infraestruturas e implantação de transporte público.
- **Parque Empresarial Ecológico:** manutenção, ampliação e requalificação do distrito industrial existente para implementação de um Parque Empresarial Ecológico, com a adoção de um novo programa para empresas com responsabilidade ambiental e que operem com uso de sistemas ecológicos de gestão de resíduos e melhorias urbanísticas e infraestruturais.
- **Zonas de Expansão Prioritária:** priorização de áreas adjacentes ao tecido urbano existente para novas urbanizações, sendo estas condicionadas pela preservação das áreas ambientais, melhoria dos acessos (abertura de novas vias), implantação de infraestruturas de abastecimento e saneamento adequadas, tanto na cidade existente quanto nos novos loteamentos, e alcance do sistema de transporte público.
- **Zonas de Ocupação Restrita:** permissão de expansão urbana para territórios menos acessíveis, próximos das Zonas de Interesse Ambiental e/ou mais distantes da cidade atual, mediante estudo e zoneamento específico para licenciar novos parcelamentos, com delimitação das APP, redução de impactos ambientais, urbanos e socioeconômicos e provisão de infraestruturas de abastecimento e saneamento adequadas. O adensamento previsto para essas áreas é baixo, não sendo estimulada a implantação de habitação de interesse social, por sua localização menos favorecida.
- **Zona de Expansão Futura:** desestímulo ao crescimento espalhado da cidade,

destinando parte da atual área de expansão norte como reserva para urbanizações futuras, em um horizonte de longo prazo. Essas áreas terão sua ocupação urbana reservada ao atingimento de certas condições, como o incremento de infraestrutura e o adensamento previsto para a cidade existente, além do parcelamento e ocupação das Zonas de Expansão Prioritária e Zonas de Ocupação Restrita, que devem ser urbanizadas sequencialmente e de forma controlada.

- **Zonas Especiais de Interesse Social:** delimitação de áreas passíveis de reassentamento de famílias ou requalificação das moradias, com o objetivo de melhorar as condições de segurança, acessibilidade e salubridade das comunidades. Essas zonas deverão ser contempladas e mais detalhadas no plano habitacional específico.
- **Zona Especial de Patrimônio Histórico-Cultural:** delimitação do perímetro que abrange as construções e espaços públicos de valor histórico considerável e passíveis de restauro e requalificação, visando sua reabilitação com novos usos e o fomento do turismo cultural na cidade. Essa zona demanda um estudo específico de mapeamento e avaliação do estado de conservação dos imóveis e estruturas existentes.

## 9.2. Conclusões Preliminares

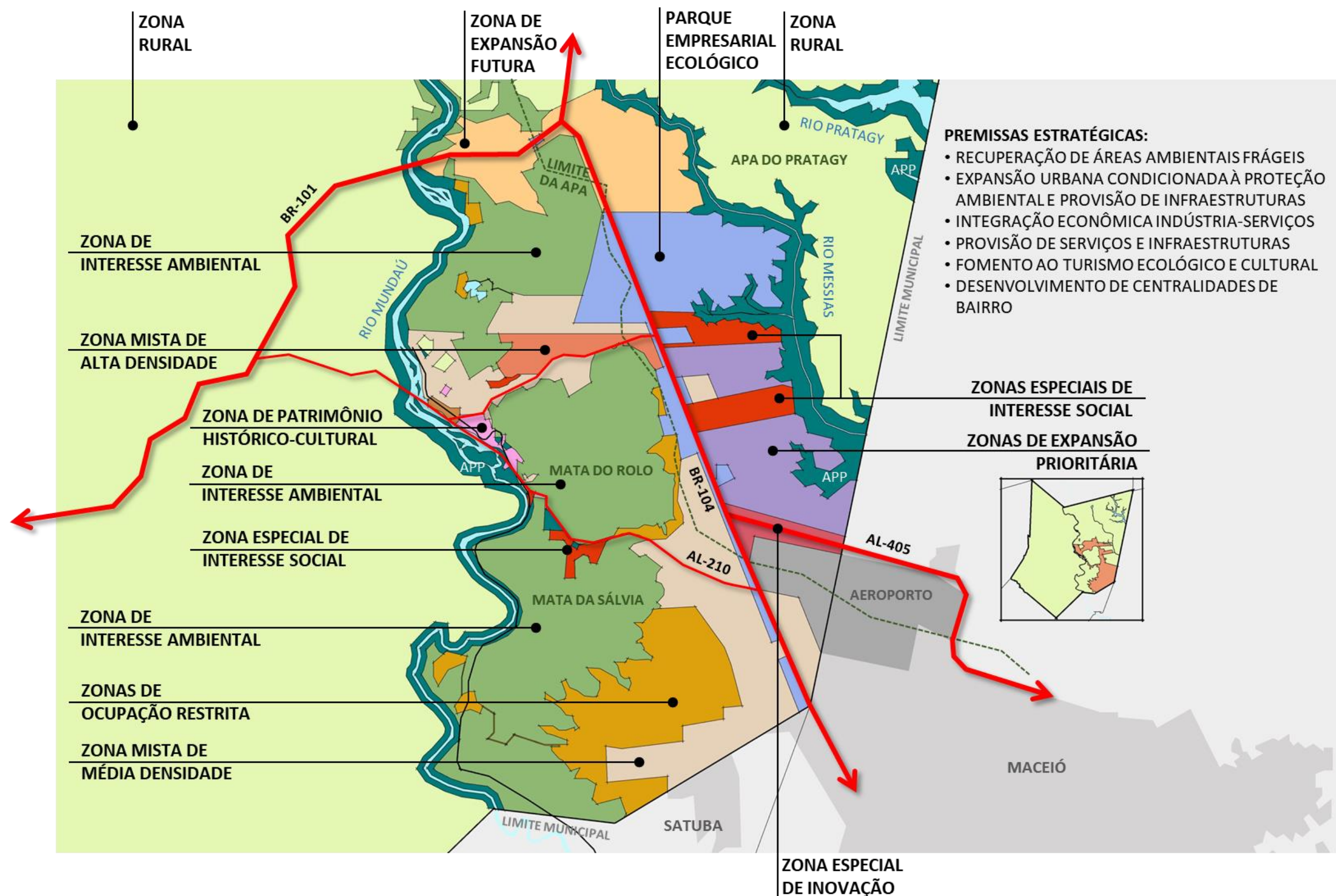
É importante ressaltar que este relatório representa apenas o início de um processo contínuo de planejamento e ação. O próximo passo será a elaboração de um segundo relatório com as propostas detalhadas, no qual serão abordadas as ações específicas e os instrumentos necessários para a implementação das estratégias propostas. Esse volume mais aprofundado será essencial para traduzir a visão estratégica em planos de ação concretos, com metas definidas, responsabilidades atribuídas e recursos adequados.

Além de atender às demandas locais, as estratégias propostas neste volume estão alinhadas com compromissos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e a Nova Agenda Urbana. Ao promover a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento urbano, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, buscamos contribuir para o alcance de metas fundamentais, como a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade social, a garantia de cidades inclusivas e sustentáveis, a ação contra as mudanças climáticas e a proteção do meio ambiente. Essa convergência entre as estratégias locais e as metas globais reflete o compromisso de Rio Largo com um futuro próspero e harmonioso.

Assim, concluímos que a construção de um futuro sustentável e próspero para Rio Largo dependerá da colaboração e engajamento de todos os atores envolvidos: governo municipal, setor privado, sociedade civil e comunidade em geral. Juntos, trabalharemos para implementar as ações necessárias, superar desafios e transformar nossa visão em realidade. Com determinação, responsabilidade e cooperação, construiremos uma cidade mais verde, inclusiva e com qualidade de vida para todos.



Figura 9.1 — Mapa esquemático de macrozoneamento das estratégias concebidas para o PDM de Rio Largo



Fonte: EGL Engenharia (2023).



## 10. Referências

---

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021.

ONU BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil, 2021

ONU BRASIL. **Nova Agenda Urbana**. Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Quito, 2017.

IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. **Estatuto da cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadão**. 2. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

EMBRAPA — EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2018**. Disponível em: <Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. - Portal Embrapa>.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em julho de 2023.

TANSCHKEIT, Paula. **O que a Nova Agenda Urbana propõe para as cidades. 2016**. Disponível em: <<https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-que-nova-agenda-urbana-propoe-para-cidades>>.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Termo de Referência para elaboração de Plano Diretor Águas Pluviais Urbanas: Diretrizes e parâmetros, Estudos e Projetos**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores**. Versão para Teste. Brasília, 2019, 916p.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, Primeira impressão: 2009, 55p.

BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo, Saraiva. 2007

BASTOS, L., BARROSO-KRAUSE, C., **Sustentabilidade e Arquitetura: histórico e abordagem do estado da arte**, Proarq-fau-ufrj: [www.fau.ufrj.br/proarq](http://www.fau.ufrj.br/proarq), novembro 2005. Acesso em novembro de 2018.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL: **Programa de Integração Nacional. Levantamento de recursos Naturais**. Rio de Janeiro: Projeto RADAMBRASIL, 1981.

BRASIL. **Serviços Geológicos do Brasil**. [www.cprm.gov.br](http://www.cprm.gov.br). Acesso em julho de 2023.

CARVALHO, Osires & NASCIMENTO, Flávio R. do. **Turismo e a economia do meio ambiente**. In Jornal O POVO (Caderno de Economia – Análises econômicas), p.28. Fortaleza – CE.

CHAVES *et al.* **Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional**. EdiUECE 2004.

MEIRELES, A. J. A. **Riscos sócio-ambientais ao longo da zona costeira**. In: 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)., 2005, Fortaleza. Anais da 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)., 2005.

**CAGED — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Acesso ao Sistema. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acessado em 13 jul. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. (2012). **Strategic Planning for Regional Development: Principles and Practice**. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

GOV.BR, **Portal do Empreendedor**. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>>. Acessado em 15 jul. 2023.

HALL, P., & TEWDWR-JONES, M. (2019). **Urban and Regional Planning**. London: Routledge.

ONU — Organização das Nações Unidas. (2015). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Recuperado de <https://www.un.org.br/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>.

**Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. (2018). **Strategic Planning for Local Development in Europe**. Paris: OCDE.

SACHS, J. D. (2012). **From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals**. The Lancet, 379(9832), 2206-2211. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0).